



**ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR**  
Vol. IX (2008)


ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

---

***De Soldado Português a Marechal do Exército Brasileiro: Raimundo José da Cunha Mattos (1776-1839)***

Neuma Brilhante Rodrigues 

---

**Como Citar | How to Cite**

Rodrigues, Neuma Brilhante. 2008. «De Soldado Português a Marechal do Exército Brasileiro: Raimundo José da Cunha Mattos (1776-1839)». *Anais de História de Além-Mar* IX: 139-173.  
<https://doi.org/10.57759/aham2008.37366>.

**Editor | Publisher**

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores  
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal  
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

**Copyright**

© O(s) Autor(es), 2008. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2008. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).  
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

## DE SOLDADO PORTUGUÊS A MARECHAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO: RAIMUNDO JOSÉ DA CUNHA MATTOS (1776-1839)

por

NEUMA BRILHANTE RODRIGUES\*

A temática da construção do Brasil como Estado independente, tanto em seu aspecto institucional como no da criação gradual de uma identidade nacional, tem sido foco de um número crescente de pesquisas historiográficas. Historiadores que se dedicam à escrita da história política do Brasil vão buscar as origens da cultura política nas primeiras décadas dos oitocentos, marcadas pelas disputas que envolviam diferentes projectos de soberania e de organização do Estado. O entrelace de novas e de tradicionais abordagens da formação do Brasil como Estado-nação tem aberto várias possibilidades de estudo. Dentro deste contexto, um ângulo possível de análise é a trajectória de indivíduos que viveram o período em questão.

Em última instância, a centralidade do indivíduo nesses estudos é instrumental: são o real objeto de análise, «os mecanismos psicológicos e sociais que regem as formas de interação entre os indivíduos e o ambiente que os cerca, sua história e suas representações»<sup>1</sup>. Enquanto vertente da micro-história, o gênero biográfico volta-se aos interstícios dos sistemas normativos gerais e, portanto, às contradições e à multiplicidade de perspectivas que tornam aqueles mesmos sistemas fluidos e abertos. A trajectória de indivíduos, marcada por escolhas, negociações e casualidades, mostra-se como campo privilegiado para tal aproximação.

Para pensar as relações possíveis entre a escrita da história do momento da independência e a biografia, foi pesquisada a trajectória do marechal de campo Raimundo José da Cunha Mattos. Personagem de várias facetas – intelectual, militar e político –, cuja vida esteve directamente conectada às tramas que envolviam o mundo português no início XIX e do Brasil até final

---

\* Doutora em História pela Universidade de Brasília e pesquisadora visitante do CHAM em 2006-2007. O texto é parte dos resultados da pesquisa de Doutorado. Agradeço, respectivamente, ao CNPq e à CAPES pelas bolsas de doutorado e de estágio de pesquisa no exterior. E-mail: neumabr@uol.com.br

<sup>1</sup> Maurizio GRIBAUDI, «Escala, pertinência, configuração», in Jacques REVEL, *Jogos de escala*, Rio de Janeiro, FGV, 1998, p. 129.

da década de 30 daquele século, quando da sua morte. A partir de sua trajectória individual, percebida como um fio condutor<sup>2</sup>, pretende-se discutir diversos elementos da sociedade luso-brasileira no contexto do desmembramento daquele império oceânico e da construção do Império brasileiro.

Casou-se em 1805, com sua prima Maria Venância Fontes Pereira de Mello, irmã do célebre António Maria. Tiveram três filhos: Grácia, autora de um livro de máximas voltado para as mulheres brasileiras e secretária particular de seu pai, morrera pouco antes de Cunha Mattos; Libânio, oficial do exército, cujos descendentes ainda fazem parte dos quadros militares brasileiros; e Maria Eugénia, que veio a casar-se com o espanhol José de Mendia y Elorza e cujos descendentes seriam nobilitados em Portugal e Espanha.

Cunha Mattos foi um homem de personalidade prática e metódica. Não se furtava de opinar sobre os mais diversos assuntos e defendia suas teses com afinco, mesmo quando isso lhe custava inimizades políticas e pessoais. O desejo de reconhecimento como homem imbuído da razão ilustrada e sua identificação com os projectos reformistas motivaram-no em muitas dessas disputas. Tais características levaram-no a produzir grande número de documentos oficiais e uma significativa produção bibliográfica.

### Uma família de militares

Meu pai chamava-se Alexandre Manoel da Cunha Mattos, natural de Estremoz, no Alentejo, o qual era filho de Francisco Xavier de Mattos, Tenente do Regimento de Artilharia da mesma Província, nascido na cidade de Portalegre, e de Antónia Eugénia da Cunha, natural da vila de Borba. Minha mãe chamava-se Isabel Theodora Cecília Ignácia de Oliveira, natural da vila de Alegrete, e foi filha de João Fontes, nascido em Olivença, e Maria Eugénia, natural de Arronches. Estes são os nomes dos meus ascendentes de que tenho notícia, e entendo que nenhum pretendia qualificar-se como ramo de alguma grande família de Portugal. (...) Eu apresento estas notícias que nada têm de interessante para que meus filhos um dia não digam que são filhos de algum solar conhecido. É melhor ser o primeiro de uma família que o último de outra.

Raimundo José da Cunha Mattos apresentou-se assim em suas *Memórias políticas, militares e biográficas*<sup>3</sup>. Um dos objectivos do autor era fixar uma imagem bastante particular de si mesmo: a de um homem cujos sucessos e reconhecimentos advinham de méritos e esforços pessoais. Para tanto,

<sup>2</sup> Carlo GUINZBURG, *A micro-história e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998, pp. 169-178. A idéia uso do 'nome' como bússola de trabalho, desde os arquivos até a elaboração do seu texto, está presente no texto «O nome e o como», de Carlo Guinzburg e Carlo Poni.

<sup>3</sup> R. J. C. MATTOS, *Memórias políticas, militares e biográficas*, BNRJ, Seção de Manuscritos, 10, 2, 016. A partir daqui, resumidamente, *Memórias*.

buscou desvincular sua trajetória profissional do pertencimento a redes de clientela<sup>4</sup>.

Aquelas memórias foram provavelmente escritas em finais da década de 1820, quando o autor se tornou o primeiro general de sua família. Nele, retratou-se como pertencente a uma idealizada tradição militar, marcada pelas reformas do célebre conde Lippe e de seus colaboradores<sup>5</sup>. A inserção de Cunha Mattos em tal tradição se teria dado pelo exemplo de seus antepassados directos – testemunhas da acção do conde em Portugal – e por sua própria experiência no Regimento de Artilharia do Algarve<sup>6</sup>.

Várias mudanças foram instituídas no Exército português sob o comando de Lippe, entre 1762 e 1777. Alvarás, decretos, regulamentos, artigos de guerra, memórias e planos que possuíam força de lei criaram um novo repertório normativo, de cuja obediência dependia o sucesso do projecto de militarização das tropas lusas<sup>7</sup>. Para isso, Lippe contou com a colaboração de oficiais estrangeiros que chegaram a Portugal junto com ele e actuaram como agentes multiplicadores de uma nova postura militar. A efectividade das reformas foi bastante limitada. Houve resistências de oficiais que viam seus postos como propriedades de ofício e o entendiam o questionamento dos seus méritos como ofensa à honra. Outros afirmavam que a rigidez do modelo prussiano era incompatível com o ‘espírito’ português.

Ao reivindicar o seu lugar nessa tradição<sup>8</sup>, Raimundo José da Cunha Mattos não desconsiderava ou negava os reveses sofridos pelas propostas de

---

<sup>4</sup> António Manuel HESPAÑA, «As redes clientelares», in António Manuel HESPAÑA (ed.), *História de Portugal: o antigo regime*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 340.

<sup>5</sup> Tais reformas buscaram implantar no exército português a disciplina prussiana, a ascensão por mérito e obediência literal dos regulamentos. Era um trabalho de aculturação das tropas, no caso, de sua militarização. Para Dores Costa, a continuidade de Lippe em Portugal foi «um ato de autoridade» que deve ser entendido como parte da política disciplinadora da nobreza empreendida pelo futuro marquês de Pombal. Foi também uma das facetas da proposta de modernização do reino, implantada no sentido de aproximar Portugal das demais nações europeias. Fernando Dores COSTA, *Insubmissão, aversão e inconformidade sociais perante os constrangimentos do estilo militar em Portugal no século XVIII*. Dissertação de doutoramento em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005, pp. 228 e ss.

<sup>6</sup> O significado da presença do conde Lippe para o exército português é muito controverso. Sobre o assunto, há grande número de trabalhos, entre eles: Fernando Jorge Dores COSTA, *Insubmissão...*, cit.; Ernesto Augusto Pereira SALES, *O conde de Lippe em Portugal*, Vila Nova de Famalicão, Publicações da Comissão de História Militar, 1936.

<sup>7</sup> Esse repertório normativo pode também ser interpretado como um dos primeiros esforços empreendidos por Pombal e seus colaboradores no sentido de estabelecer um «direito harmonicamente disposto em uma compilação que escapasse à confusão e à transitoriedade...». A Lei da Boa Razão de 1769 seria um importante marco de tal projecto. António Manuel HESPAÑA, *Guiando a mão invisível: direitos, Estado e lei no liberalismo monárquico português*, Porto, Almedina, 2004, p. 34.

<sup>8</sup> *Tradição*, por sua vez, é compreendida aqui no sentido de um referencial de idéias relativamente flexível, cujas bases são suscetíveis de «recriações dentro da própria tradição». Assim, «as continuidades, os afastamentos, as recriações passam a fazer parte de uma longa tradição

Lippe. A experiência de seus familiares, de facto, parece assumir ao longo de suas *Memórias* o papel de exemplo do fracasso parcial do conde, principalmente ao se referir à valorização dos soldados e à implantação de critérios meritocráticos para a ascensão na carreira no Exército português e, por conseguinte, na do seu herdeiro directo: o nascente Exército brasileiro.

Francisco Xavier de Mattos, seu avô, alcançou o posto de 1.º tenente de uma importante praça militar após uma carreira relativamente curta. Raimundo José buscou apresentá-lo como possuidor de credenciais meritórias que justificavam seus sucessos. Entre os conhecimentos dominados por Francisco Xavier estariam as matemáticas, consideradas como um dos pilares da ciência da guerra, «... indispensavelmente necessárias na Artilharia e Engenharia...»<sup>9</sup>: Após lutar na «Guerra Fantástica» e servir sob as ordens de Guillaume de Valleré, um dos principais colaboradores de Lippe no projecto de aculturação militar das tropas lusas, vindo a ser reformado em 1764. Essa reforma resultou em dificuldades financeiras para Francisco Xavier. Os bons serviços e o esforço pessoal para a aquisição de conhecimentos, conforme testemunho de seu neto, não foram, portanto, recompensados em termos materiais, e ele acabou dependendo dos vínculos familiares com religiosos e do trabalho de sua esposa para obter o sustento.

A situação delicada em que se encontrava Francisco Xavier não impediu que seu filho, Alexandre Manoel, assentasse praça na Companhia de Artífices do Regimento de Artilharia de Estremoz<sup>10</sup>. Pode-se inferir que a presença de Lippe e suas propostas ampliaram as expectativas de benefícios para os que entravam nas tropas, o que deve ter sido particularmente sentido durante o período em que o conde conduziu pessoalmente suas reformas, sob os auspícios do poderoso conde de Oeiras. Assim, a experiência profissional de Alexandre Manoel sofreu forte influência das reformas de Lippe. Valleré comandou o Regimento de Artilharia de Estremoz durante todo o período em que Alexandre Manoel lá serviu. O Regimento de Artilharia do Algarve, para onde Alexandre Manuel foi transferido em 1774, foi particularmente influenciado pela acção de tais oficiais.

Raimundo José não destacou nenhum evento mais significativo nas poucas referências à carreira do pai. De fato, ao retratá-lo, parece pretender

---

que se refaz permanentemente (...). Tereza Cristina KIRSCHNER, «Voltaire: a conquista da felicidade terrena», in Marcos Antônio LOPES (org.), *Grandes nomes da História Intelectual*, São Paulo, Contexto, 2003, p. 358.

<sup>9</sup> Conde Lippe, citado em José Silvestre RIBEIRO, *História dos estabelecimentos científicos, litterarios e artísticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1871-1914, tomo I, 306.

<sup>10</sup> O estatuto militar da companhia havia sido confirmado pelo Plano da Artilharia de 1763. Ele determinava a obrigatoriedade do uso dos uniformes militares pelos Artífices, que estavam sujeitos às mesmas leis e à disciplina militar. Conde Lippe. *Plano de Artilharia*. Acessado em 27/02/2006. Disponível em: [http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id\\_parte=108&id\\_obra=73&pagina=45](http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=108&id_obra=73&pagina=45).

demonstrar somente as dificuldades que ele havia enfrentado. Ele silenciou, por exemplo, o fato do pai ter sido agraciado com o Hábito da Ordem de Santiago da Espada em 1798<sup>11</sup>, bem como a criação do Monte Pio para os oficiais. Tais benefícios faziam parte do esforço em dar visibilidade aos «...sinais de honra que expressam uma trajetória social ascendente» nos quadros militares do reino de Portugal<sup>12</sup>.

### **Para a utilidade do Estado e «glória à nação»**

Em diferentes momentos de sua carreira política e militar, Cunha Mattos reivindicou para si um lugar na República das Letras. Seu contacto com os valores da ilustração teria se dado ainda criança, segundo suas *Memórias*, quando estudou no Colégio de São Lucas da Casa Pia de Lisboa, chamada por Latino Coelho de «universidade plebeia»<sup>13</sup>, e reforçado nas aulas do Regimento de Artilharia do Algarve. O ensino destes estabelecimentos foi marcado pela concepção de conhecimento útil para a busca da felicidade pessoal e para o engrandecimento do Estado.

A sua aproximação com esse mundo decorreu da decisão do seu pai de afastá-lo da carreira militar: «Meu Pai, reconhecendo o pouco que nesse tempo (1784) prometia a carreira militar, e lembrado dos desfavores da fortuna, tanto contra meu Avô como contra ele mesmo, decidiu-se a que eu me aplicasse à cirurgia...»<sup>14</sup>. Ali ele estudou entre os 8 e os 14 anos de idade onde teve aulas de anatomia e de cirurgia.

Diogo Ignácio de Pina Manique foi o idealizador e maior protector daquela instituição, que era um dos braços da Intendência Geral de Polícia da Corte e Reino. A crença na igualdade natural de todos os homens justificava os esforços de Pina Manique para criar um ambiente capaz de transformar em homens úteis ao Estado aqueles que nasceram nas condições mais adversas possíveis<sup>15</sup>.

---

<sup>11</sup> Dez anos antes, as ordens militares haviam recebido novos regulamentos, com o objetivo de adequá-las aos novos tempos e reforçar a sua «decência e dignidade». Tais regulamentos determinavam que o hábito da ordem de Santiago fosse, 'em regra', destinado aos «magistrados, até o lugar do desembargador dos agravos». Contudo, ficou aberta a possibilidade de ser usado na premiação de «outros serviços que parecerem dignos dela, segundo a qualidade e importância das pessoas, dos empregos e dos serviços.» Alvará de 19 de junho de 1789.

<sup>12</sup> Fernando Dores COSTA, «O bom uso das paixões: caminhos militares na mudança do modo de governar», in *Análise Social*, XXXIII (149), (1998), p. 993.

<sup>13</sup> José Maria Latino COELHO, *História política e militar de Portugal desde os fins do XVIII até 1814*, Vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885, p. 99.

<sup>14</sup> R. J. C. MATTOS, *Memórias...* cit.

<sup>15</sup> ANTT, Intendência Geral de Polícia. Correspondência. Livro III, p. 18. Os Colégios da Casa Pia eram internatos que se dedicavam aos cuidados e à educação dos órfãos. Na categoria 'órfão' estavam incluídas as crianças cujos progenitores não tinham condições de se responsabilizar por elas, fosse por questões econômicas, morais ou por viverem em locais distantes.

A organização dos estudos da Real Casa Pia estava a cargo de José Anastácio da Cunha. Ele compartilhava com Pina Manique o ideal da educação como meio de aperfeiçoamento humano e social, com especial ênfase na «utilidade social da ciência»<sup>16</sup>. As actividades desenvolvidas no Colégio São Lucas deveriam inspirar a formação de homens com «*brio e espírito nobre*». Aos professores, mestres, lentes e empregados da Casa Pia foram atribuídos importantes papéis na criação de um ambiente que, por seu carácter exemplar, deveria incutir a verdadeira honra e a nobreza da alma, pautadas na «*verdade, probidade e demais virtudes morais e na sincera e eficaz diligência de ser útil à Pátria e, em geral, ao próximo*»<sup>17</sup>. A formação desse 'homem nobre' era completada pela escolha de mestres que compartilhavam com o inspector de estudos e com Pina Manique a mesma visão formadora da educação.

As «classes científicas» contaram durante o período do intendente com um primoroso quadro de professores, «sem que houvesse outros Mestres mais hábeis para a Educação da Mocidade». Nos anos em que Cunha Mattos estudou no Colégio São Lucas da Casa Pia, muitos dos professores eram militares e, mais especificamente, dos regimentos de artilharia. Alguns seriam promovidos a altos postos do oficialato na virada do século. Outros ingressaram na Academia Real das Ciências e ocuparam importantes empregos régios em áreas técnicas.

Raimundo José da Cunha Mattos teve no Colégio São Lucas a oportunidade de contacto com um ensino centrado nas disciplinas exactas e experimentais. Toda a estrutura do ensino oferecido pela Casa Pia pautava-se na concepção de utilidade e na promoção de saberes importantes para a formação de um novo homem, útil ao Estado. Quando Raimundo José da Cunha Mattos entrou no Colégio São Lucas, o plano de estudos, com seu respectivo quadro de professores, era o seguinte:<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> Ana Cristina ARAÚJO, *A cultura das Luzes em Portugal. Temas e problemas*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003, p. 55.

<sup>17</sup> Regras para os estudos e colégio da Real Casa Pia de Lisboa. Adérito TAVARES e José dos Santos PINTO, «Documentos», in *Pina Manique: um homem entre duas épocas*, Lisboa, Casa Pia de Lisboa, 1990. A nobreza hereditária portuguesa era conhecida por seu comportamento soberbo, pelo desprezo diante de instituições e leis e pela indolência, sendo considerada por muitos críticos de então como nociva ao Estado. Isso não significa que se fosse contrário à sua existência, base do regime monárquico, mas acreditava-se na urgência de sua «refundação», para usar uma expressão de Fernando Dores Costa. Fernando Dores COSTA, «O bom uso das paixões...» cit., p. 1010.

<sup>18</sup> Professores dos Colégios da Real Casa Pia de São Jorge do Castelo – 7 de Fevereiro de 1783. ANTT, *Intendência Geral de Polícia – Papéis Diversos – Documentos relativos à Casa Pia de Lisboa*, e outros papéis diversos, Maço (589) 5, Doc. 85. A instituição era então conduzida por ilustrados que iniciavam suas carreiras ou que se encontravam em situação desfavorecida por terem sido condenados pela Inquisição. Alguns eram conhecidos leitores de livros proibidos e foram, em algum momento, considerados divulgadores de ideias perigosas. Contudo, tais homens encontravam-se na Casa Pia sob os auspícios do temido Pina Manique.

<b>Curso de Matemática</b>	<b>Disciplinas</b>	<b>Professores</b>
	Matemática pura	João Manoel de Abreu
	Mecânica e óptica	Vicente António de Oliveira
	Astronomia	Custódio Gomes de Villas Boas
	<b>Disciplinas adjuntas</b>	<b>Professores</b>
	Geometria prática e navegação	Monsieur Paganinni
	Engenharia e artilharia	conde Francisco Ferreri
<b>Curso de Física</b>	<b>Disciplinas</b>	<b>Professores</b>
	História natural e física experimental	Manoel Luiz Alves de Carvalho
	Química e os princípios de várias artes como metalurgia, tinturaria e agricultura	Manoel Joaquim Henriques de Paiva
	<b>Disciplina adjunta</b>	<b>Professor</b>
	Farmácia	Manoel Joaquim Henriques de Paiva

Disciplinas e professores do Colégio São Lucas da Real Casa Pia de Lisboa no ano de 1783.

A Casa Pia oferecia também aulas profissionalizantes, franqueadas ao público externo. Ensinava-se, por exemplo, a língua alemã e escrituração mercantil. Também foi aberto um curso de cirurgia, com aulas de ‘anatomia especulativa’ oferecidas no próprio Castelo e aulas práticas no Hospital São José. Raimundo José frequentou essas aulas no hospital, estimulado pelos desejos do pai de que se tornasse um conceituado médico<sup>19</sup>. Contudo, em Julho de 1790, foi tirado do colégio por iniciativa do pai. Sua educação seria completada na Escola Regimental de Faro. Os documentos não explicam a mudança de posição de Alexandre Manoel em relação ao futuro do filho.

### A Escola Regimental de Faro

Alexandre Manuel voltou para o Algarve em decorrência da transferência de sua companhia. Decidiu-se então que Raimundo José deveria assentar praça como soldado voluntário no mesmo regimento em que servia. Esse continuou, então, a dedicar-se ao estudo da cirurgia no hospital militar de Faro. Os crescentes rumores em relação à possibilidade de Portugal ver-se envolvido numa guerra em decorrência da Revolução Francesa agitara aquele regimento. Diante disso, Cunha Mattos optou por abandonar os

<sup>19</sup> Raimundo José da Cunha MATTOS, *Memórias...* cit. O sucesso da área cirúrgica da Casa Pia foi muito significativo. Alguns dos alunos foram enviados a Copenhague, Edimburgo e Londres para aprimorar seus conhecimentos em obstetrícia. Segundo os propósitos da Casa Pia, tais alunos atuavam como propagadores do seu saber ao voltarem para Portugal, alguns dando aulas no Castelo de São Jorge. Os alunos que se sobressaíram em desenho e escultura também puderam ter aulas de aperfeiçoamento no exterior; no caso, em Roma.

estudos médicos por considerar mais vantajoso ir para a guerra com armas na mão do que como facultativo de saúde, actividade essa «menos militar», para usar suas palavras. Passou então a frequentar as aulas do tenente-coronel José Nunes da Costa Cardoso.

As escolas regimentais faziam parte do conjunto de instituições laicas de ensino criadas por Pombal. Seguiam uma concepção prática do conhecimento e deviam oferecer aulas técnicas especificamente destinadas a capacitar os soldados para o bom desempenho de suas actividades. As aulas teóricas e práticas abordavam temas como a movimentação nos campos de batalha, a colecta de informações e o mapeamento de terrenos e regiões. A proposta de criação de tais aulas foi feita por Pombal, em 1762, e aprimorada pelo conde Lippe no ano seguinte<sup>20</sup>. A artilharia exigia uma capacitação específica dos seus soldados e oficiais, que abrangesse conhecimentos de química, aritmética, trigonometria, topografia e edificação, entre outros. Também deveriam ter lições de bombardeio, composição de fogos de artifício, minas, engenharia e fortificação, minas e bombas, operações e manobras. O conde Lippe definiu os conteúdos e os livros de tais aulas. O uso de outra bibliografia, por alunos ou mestres, era punível com expulsão das aulas e do Regimento.

O Regimento de Artilharia de Faro alcançou excelente reputação sob a direcção do brigadeiro Reboxo. Segundo Cunha Mattos, era um regimento bem ordenado, no qual a «corrupção cavalheiresca» e os «vícios» eram desconhecidos. Os artilheiros formados nas aulas e nos exercícios práticos eram conhecidos como soldados valorosos e possuidores de conhecimentos preciosos. A elaboração de mapas e de descrições geográficas também eram actividades desempenhadas com maestria pelos soldados: o mapeamento do Algarve foi, em grande parte, realizado por eles. Vários dos soldados oriundos daquele regimento foram admitidos na Academia da Marinha<sup>21</sup>.

Raimundo José da Cunha Mattos considerava que as aulas no regimento haviam sido decisivas em sua vida profissional. Ele mencionaria em muitas ocasiões ao longo de sua vida as aulas de Matemáticas pelos compêndios de Bellidor, como os exercícios de Infantaria e Artilharia<sup>22</sup>. Sua experiência no Regimento do Algarve e, particularmente, em suas aulas seria constan-

---

<sup>20</sup> Plano que Sua Majestade manda seguir e observar no estabelecimento, estudos e exercícios das aulas dos Regimentos de Artilharia. AHM, 3/5/1/11.

<sup>21</sup> João Baptista da Silva LOPES, *Corografia ou memória econômica, estatística e topográfica do Reino do Algarve*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1841, p. 74.

<sup>22</sup> R. J. C. MATTOS, *Memórias...* cit. Note-se que a obra de Bellidor ainda continuava a ser usada como manual em 1790, apesar de uma ordem régia de 1786 haver mandado substituí-la. Nesse ano, o brigadeiro e comandante do Regimento de Artilharia da Corte, Christianno Frederico de Weinholtz, solicitou à Secretaria da Guerra a substituição de algumas daquelas obras por estarem obsoletas. Entre eles estava o referido curso de Bellidor: tinha 40 anos de uso na França quando fora adoptado em Portugal. Sugeriu então a sua substituição pelos cursos organizados por Bezout, já traduzidos e publicados em Portugal pela Universidade de Coimbra. Requerimento do Brigadeiro Christianno Frederico de Weinholtz, 1786. AHM, 3/5/2/24.

temente usada por ele em suas solicitações junto às autoridades da monarquia e para justificar suas pretensões de ser reconhecido como homens de letras. Ao final de aproximadamente quatro anos naquele Regimento, Cunha Mattos apresentou-se como voluntário para a Companhia de Artilharia da Divisão Auxiliadora à Coroa da Espanha contra a França revolucionária.

### Os campos de batalha do Roussillion nas Memórias de Cunha Mattos

No conflito ocorrido na fronteira entre França e Espanha, Raimundo José teve sua mais significativa experiência nos campos de batalha. A campanha ocorreu entre 1793 e 1795. O jovem cabo-de-esquadra seria condecorado por sua actuação e, ao final da guerra, junto com todos os demais combatentes, foi agraciado por D. João VI com a prioridade nas promoções. Essa experiência foi por ele retratada como significativa para a formação de seu carácter, para o progresso na carreira militar e para ampliar seu entendimento sobre a época em que vivia. Raimundo José da Cunha Mattos expôs sua visão do conflito nas mencionadas *Memórias*.

Três décadas separaram os acontecimentos vividos por Cunha Mattos e a elaboração de sua autobiografia. E muito ocorrera naquele espaço de tempo...<sup>23</sup>. Acontecimentos que exigiram de homens como ele adesões políticas, reconstruções identitárias e deslocamentos geográficos que, necessariamente, conduziram a avaliações e reavaliações das experiências do passado, bem como dos desejos e projectos<sup>24</sup>. As experiências acumuladas por Cunha Mattos entre a guerra e a escrita de suas memórias, portanto, abriam-lhe novas perspectivas para a interpretação do passado: as experiências de guerra anotadas pelo jovem cabo-de-esquadra português foram relidas e narradas pelo brigadeiro do Exército brasileiro.

A escrita desse documento parece estar relacionada a um acontecimento específico da história militar brasileira: a guerra Cisplatina. Conflito entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata (actual Argentina) pelo domínio da província da Cisplatina, incorporada ao Reino do Brasil no final do governo de D. João VI. O conflito ocorreu entre 1825 e 1828, e terminou após a intervenção diplomática inglesa e a assinatura de um acordo que determinou a independência da região e a formação do actual Uruguai.

---

<sup>23</sup> As revoluções do último quartel do século XVIII trouxeram a sensação de que se vivia um tempo novo: a modernidade. Uma de suas características era a sensação de aceleração, construída a partir de uma experiência do tempo marcada pelo afastamento do passado em relação ao futuro: ampliava-se a distância entre o que Koselleck chamou de espaço de experiência e horizonte de expectativas. Reinhart KOSELLECK. *The Practice of Conceptual History*, Stanford, Stanford University Press, 2002, principalmente os capítulos «The Eighteenth Century as the Beginning of Modernity» e «Concepts of Historical Time and Social History».

<sup>24</sup> Reinhart KOSELLECK. *Passado futuro*, Rio de Janeiro, Contraponto/Ed. PUC-RJ, 2006, p. 312.

Cunha Mattos, então brigadeiro e deputado do Império do Brasil, teve brevíssima participação naquela guerra como membro do seu estado-maior, entre Dezembro de 1826 e Fevereiro do ano seguinte. Tal experiência deu-lhe grande autoridade sobre o tema nos debates que dominaram a Câmara dos Deputados a partir de 1827. Os reveses no campo de batalha e a humilhação da solução final do conflito trouxeram grande mal-estar e levaram muitos deputados à plenária. Cunha Mattos, em seus discursos, parecia não ter dúvidas quanto às razões da derrota: a falta de profissionalismo do Exército, o despreparo dos seus oficiais e a ausência do mérito como critério de nomeação e de promoção. Contudo, ele não encontrou na Câmara dos Deputados ambiente propício para o aprofundamento destas questões.

A narrativa da campanha portuguesa no Roussillon e na Catalunha parece ter oferecido então ao deputado a oportunidade de confirmar seu *status* de oficial «teórico e prático», para usar suas palavras, como também para retratar um conflito que envolveu, segundo sua visão, dois tipos de exército, um aristocrático e outro profissional e meritocrático. Em sua narrativa, a idealizada Divisão Auxiliadora portuguesa – especialmente a artilharia à qual o autor pertenceu – e as tropas francesas foram retratadas como imbuídas de valores modernos e com aspirações profissionalizantes, enquanto que as tropas espanholas envolvidas no conflito serviriam como exemplo dos vícios e perigos decorrentes da concepção aristocrática de Exército<sup>25</sup>. Os oficiais espanhóis foram descritos nas *Memórias* como incompetentes, desposuídos de visão estratégica, arrogantes e inábeis no comando, e os soldados, embora valentes, como homens que debandavam nos momentos críticos.

A descrição desse exército está muito próxima da feita por Cunha Mattos na plenária da Câmara dos Deputados acerca das tropas brasileiras na Cisplatina. Responsabilizou naquela ocasião os comandantes da guerra pelos desdobramentos desastrosos do conflito: as tropas estavam mal-orientadas e sofriam com graves problemas logísticos. O comando estava nas mãos de generais com grandes qualidades, mas inexperientes. A debilidade da liderança dos oficiais levava à indisciplina dos corpos. Ele fez questão de apontar a injustiça de considerar covardes os soldados<sup>26</sup>.

Ele usou a escolha de Luis Fermin de Carvajal y Vargas, conde de la Unión, como comandante em chefe das tropas hispano-lusitanas como o caso mais emblemático dos perigos das promoções sem a observância dos critérios militares. A nomeação do conde foi explicada por Cunha Mattos

---

<sup>25</sup> O autor das *Memórias* comparou as tropas portuguesas e as espanholas em diferentes circunstâncias, ressaltando, sempre que possível, a superioridade das primeiras: «Os nossos oficiais e soldados tinham um aspecto mais militar, mais elegante do que se encontrava nas tropas Castelhanas: os fidalgos que serviam no nosso Exército não tinham aquele orgulho que é tão ordinário nos Cavalheiros Espanhóis: a disciplina entre nós é mais severa, a moral menos relaxada, e o direito de nascimento e a falta de corpos reais ou privilegiados fazia com que tivéssemos melhores oficiais.»

<sup>26</sup> Sessão de 18 de maio de 1827. Atas da Câmara dos Deputados do Império Brasileiro, tomo 1, p. 121.

como fruto de «poderosas intrigas e protecções» que desconsideraram o direito de tenentes-generais mais antigos. Esse fato resultou na insubordinação dos oficiais e na indisciplina das tropas<sup>27</sup>.

Os vícios e problemas desse exército contrastariam, em sua narrativa, qualidades com a disciplina, organização e racionalidade do comando das tropas lusas, qualidades decorrentes, em grande parte, da ação de seus oficiais. Entre esses, D. Francisco Xavier de Noronha mereceu especial consideração nas páginas das *Memórias*, sendo descrito como «inseparável companheiro de nossos soldados» e com uma conduta impecável mesmo nos momentos mais críticos, como o da retirada das tropas das montanhas dos Pirenéus após forte ataque dos franceses.

Não é difícil estabelecer paralelos entre o general D. Francisco Noronha e o modo como Cunha Mattos retratava-se. Ambos teriam alcançado altos postos militares em virtude de seu reconhecido saber e pela zelosa condução dos assuntos sob sua responsabilidade, a despeito de suas origens modestas. Ambos teriam também enfrentado a resistência de membros da aristocracia, ciosos de suas distinções por nascimento. Ambos teriam encontrado nas armas o reconhecimento e a honra<sup>28</sup>.

Foi em termos desses últimos que Cunha Mattos explicou sua participação, como voluntário, na guerra no Roussillon e na Catalunha, como soldado do Regimento de Artilharia. Tal corpo fora organizado, segundo ele, pela agregação de duas companhias de soldados voluntários enviadas por cada um dos quatro regimentos de artilharia do reino. Essa dinâmica teria divergido da empregada pelas demais armas participantes da campanha, cujos contingentes formaram-se pelo envio de alguns regimentos pré-existentes em Portugal e que viriam a ser completados por homens de diferentes praças. Cunha Mattos interpretou o modo peculiar de formação da artilharia como decorrente das expectativas da Coroa em fazer boa figura ante os espanhóis. A artilharia era vista como a 'arma científica' e ocupava espaço cada vez mais importante nos teatros de guerra. A concepção de tão distinto corpo militar não poderia estar vinculada ao serviço compulsório, que por si exclui qualquer possibilidade de prémio. O voluntariado era apresentado como um sinal de distinção, sendo destacado constantemente pelos soldados

---

<sup>27</sup> R. J. C. MATTOS, *Memórias...* cit. Os paralelos entre tal evento com a indicação do Marquês de Barbacena, Felisberto Caldeira Brant, como comandante das tropas no sul do Brasil eram bastante claros: o marquês era reputado diplomata e amigo íntimo de d. Pedro I, porém, inexperiente nos campos de batalha. Sua escolha preteriu generais com experiência em conflitos na região e, por fim, não seus erros levaram-no a perder a confiança dos soldados e, por conseguinte, sua lealdade. Idem, *ibidem*.

<sup>28</sup> A honra militar pautava-se na interiorização de padrões de conduta que incluíam a rectidão do comportamento, o cumprimento das normas e as devidas demonstrações de bravura. Ela levaria os soldados a actuações constantes, consequentes, e garantiria uma melhor interiorização da disciplina, aspecto muito mais importante para os novos exércitos do que a obediência cega, e sem iniciativa, que antes se obtinha pelo medo. John LYNN, «Forum: Toward an Army of Honor: the moral evolution of the French Army, 1789-1815», in *French Historical Studies*, 16, n.º 1, p. 153 (Spring, 1989), p. 158.

e oficiais que buscavam recompensas por seus serviços<sup>29</sup>. Isso se deu com Cunha Mattos.

Os esforços de Cunha Mattos em retratar as qualidades da idealizada Divisão Auxiliadora levaram-no alguns silêncios. O principal exemplo disso foi a ausência dos conflitos entre o tenente-general Forbes Skelater e o coronel Gomes Freire. Os desertores, as condutas criticáveis de alguns oficiais portugueses e outros problemas não encontraram lugar nas páginas da *Memória*.

Para Cunha Mattos, a experiência vivida na Divisão Auxiliadora parece ter sido vista como a conclusão de sua formação. A partir dali, considerava-se um soldado maduro e capaz de actuar em nome de seu soberano em qualquer circunstância necessária.

### **Cunha Mattos em São Tomé e Príncipe**

Após a Guerra do Roussillon e da Catalunha, Raimundo José da Cunha Mattos retornou a Lisboa, mas ali ficou menos de dois meses. O então cabo-de-esquadra entrou para a artilharia da Marinha e, em 20 de Janeiro de 1796, embarcou com a flotilha comandada por Francisco de Paula Leite, cuja missão consistia em conter os conflitos existentes na capitania de São Tomé e Príncipe<sup>30</sup>. Foi o início de sua aventura africana, que duraria até 1815, quando de lá partiu em direcção ao Reino do Brasil.

É possível que Cunha Mattos tenha percebido que no além-mar estavam as melhores oportunidades para a promoção de um soldado de origem plebeia. No período em que ali esteve, ocupou os cargos de Ajudante de Governo, Procurador dos Feitos, Provedor da Fazenda e Alfândega, Sargento-mor da Praça de São Sebastião de São Tomé e, por fim, de Governador interino. A escalada administrativa de Cunha Mattos esteve ligada à sua ascensão como militar.

A capitania de São Tomé e Príncipe estava em franca decadência quando Cunha Mattos lá chegou. Alterações nas rotas dos navios negreiros, a supressão do tráfico para Inglaterra e para os Estados Unidos da América e a longa e desgastante disputa diplomática anglo-lusitana referente à abolição do tráfico levariam a capitania muito próximo do abandono.

A fragilidade da capitania não era apenas económica. Os medos de revoltas negras presentes no imaginário são-tomenses<sup>31</sup> foram reforçados

---

<sup>29</sup> A observação de que ele assentara praça voluntariamente foi uma constante nos longos anos de serviço de Cunha Mattos. Fernando DORES COSTA, «O bom uso...» cit.

<sup>30</sup> João de Melo e Sousa da Cunha SOTOMAIOR, *Memória genealógica e biográfica dos três tenentes generais Leites da Casa de S. Thomé d'Alfama*, parte II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1841, p. 19.

<sup>31</sup> «Primeira revolta escrava de grande monta no ultramar, os motins de São Tomé despertam no colonato um pânico similar àquele gerado dois séculos mais tarde pela Revolução do Haiti (1791). Ambas as ilhas continham ingredientes potencializadores dos perigos do

pela Revolução Francesa e seus desdobramentos. O risco de revoltas era agravado pelo fato das tropas serem formadas, em sua quase totalidade, por negros. As autoridades portuguesas na ilha solicitavam insistentemente à Corte o envio de brancos, cuja ausência, argumentavam eles, punha o domínio da capitania em risco. Os soldados e oficiais subalternos eram então os principais agentes de contestação.

Cunha Mattos teve uma actuação muito discreta durante os primeiros anos na ilha. Os documentos do Conselho Ultramarino praticamente não o citam até 1805, quando Luís Joaquim Lisboa assumiu o governo da capitania e fez dele seu principal colaborador e aliado. O Conselho Ultramarino atribuíra ao novo governador a tarefa de encontrar alternativas económicas para a capitania. Caberia também a Joaquim Lisboa promover a racionalização da administração, com especial atenção para a Fazenda Régia.

Desde meados dos setecentos, tentava-se implementar uma nova lógica e retórica administrativas baseadas na produção e disponibilização racional de informações sobre os territórios ultramarinos, o que permitiria a elaboração de projectos para o império luso. A correspondência oficial dos agentes régios representou um importante veículo para a divulgação de informações sobre os diferentes espaços portugueses. Havia, assim, um saber sobre os domínios coloniais «depositado nos arquivos e chancelarias régios»<sup>32</sup>.

Esperava-se que os funcionários régios envolvidos na administração colonial fossem capazes de inventariar a natureza, a população e o território. Tais atribuições demandavam conhecimentos invulgares e uma identificação com as propostas reformistas. A formação recebida por Cunha Mattos na Casa Pia e no Regimento de Artilharia do Algarve lhe garantiram as condições necessárias para cumprir suas atribuições.

A associação entre a formação militar e a divulgação e execução das reformas administrativas não era novidade nos espaços ultramarinos. D. Francisco de Sousa Coutinho fundou em Luanda uma Aula de Geometria e Fortificação, em 1764, com o objectivo de «formar engenheiros e, assim, através deles, chegar à realização das reformas projectadas pelo Estado. A ideia que sobressai é a de um Estado que faz reformas, através dos seus militares»<sup>33</sup>.

---

escravismo: isolamento geográfico, lutas de facções entre os senhores, forte desequilíbrio entre escravos e livres, entre brancos e negros.» Luiz Felipe de Alencastro ALENCASTRO, *O trato dos viventes*, Companhia das Letras, Rio de Janeiro, 2000, p. 66.

<sup>32</sup> Catarina Madeira SANTOS, *Um governo «polido» para Angola. Reconfigurar dispositivos de domínio (1750-c.1800)*. Tese de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2005, p. 58. Sobre a ação pombalina nos espaços atlânticos, ver também Selma Alves PANTOJA, *Encontro nas Terras de Além-Mar: os Espaços Urbanos do Rio de Janeiro, Luanda e Ilha Moçambique*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Programa de Pós-graduação em Sociologia, USP, São Paulo, 1994.

<sup>33</sup> Segundo Catarina Santos, Francisco de Sousa Coutinho, pai de D. Rodrigo. Catarina Madeira SANTOS, *Um governo...* cit., p. 448.

Os problemas internos à capitania não foram os únicos a serem testemunhados por Cunha Mattos em São Tomé. A vulnerabilidade diante das potências europeias marcava a situação do império português como um todo<sup>34</sup> e era sentida de modo bastante vívido na capitania de São Tomé e Príncipe. Tal sensação era agravada pela presença constante de navios franceses e ingleses no litoral ocidental africano, pelo isolamento em relação à metrópole e pela incapacidade de defesa da capitania.

São Tomé e Príncipe sentiu desde muito cedo as consequências dessas pressões quanto ao fim da escravidão, tanto em seus aspectos económicos quanto na presença de navios ingleses envolvidos em acções concretas contra os navios negreiros.

Enquanto as relações internacionais eram debatidas nos palácios europeus e da América portuguesa, o intenso movimento no litoral ocidental africano levava aos portos de São Tomé e Príncipe um elevado e indesejado número de navios da armada inglesa. Esses desencorajavam a aproximação de outros navios que buscavam a capitania para reabastecerem-se. Além disso, alguns moradores da ilha tiveram seus navios apresados. Os distúrbios causados pela presença inglesa também foram sentidos em terra, onde o comportamento dos marinheiros e militares seria, quase sempre, deplorável. Essa experiência deu instrumentos a Cunha Mattos para analisar de modo crítico a política anti-tráfico inglesa e seu discurso legitimador, a filantropia. Tais temas seriam por ele abordados na Câmara dos Deputados do Brasil duas décadas depois.

A decadência que marcou todo o período de Cunha Mattos em São Tomé e Príncipe acelerou-se com os esforços ingleses contra o tráfico, alcançando o ápice com a assinatura dos tratados de 1815. A já pouco habitada capitania sofreria com a debandada de muitos funcionários régios. Em 8 de Novembro de 1815, Cunha Mattos partiu para o Brasil, após ter actuado como governador interino da Ilha de São Tomé por aproximadamente cinco meses.

A experiência africana foi essencial para a formação e actuação deste militar, pois favoreceu uma compreensão mais ampla do sentido do Império luso e aprimorou sua capacidade de analisar o contexto dos embates internacionais de seu tempo, marcados pelo expansionismo britânico, pelo processo revolucionário francês e pela difícil situação de Portugal entre estas disputas.

### **No Trem de Artilharia de Pernambuco**

No Brasil, a experiência administrativa acumulada em São Tomé revelou-se bastante útil nas atribuições que Cunha Mattos assumiria. Durante os primeiros dez anos no Brasil, dedicou-se, basicamente, à carreira militar. Em

---

<sup>34</sup> Valentim ALEXANDRE, *Os Sentidos do Império*, Porto, Afrontamento, 1993, p. 93 e ss.

Abril de 1817, foi chamado a participar da Divisão de Voluntários Leais do Rei, força comandada por Luís do Rego Barreto no combate ao movimento republicano na capitania de Pernambuco.

Cunha Mattos chegou ao Recife quando a insurreição já havia sido controlada. Diante disto, o general Luís do Rego o nomeou como Inspector do Trem da capitania<sup>35</sup>. O seu trabalho consistia em inventariar todos os objectos pertencentes ao trem, avaliar suas condições de uso, providenciar os consertos possíveis. Ele deu início à construção de depósitos e à restauração das instalações existentes. Entre os principais projectos de sua gestão estava a criação de um laboratório pirotécnico onde seriam produzidas munições para o Exército, fortalezas e navios de guerra. Ele se preocupava com a eficiência do trem e a racionalização da administração. Por essa razão, era um grande crítico do sistema de compras por contratadores, criado em 1818. Suas ideias levaram-no a conflitos com a Real Junta da Fazenda. Essa era acusada de abusiva e ineficiente.

Os sucessos dos trabalhos de Cunha Mattos no Trem de Artilharia fizeram com que o governador Luís do Rego o incumbisse de outras actividades. Em Julho de 1818, passou a ficar sob seu encargo a organização da 1.<sup>a</sup> Brigada de Milícias. No mesmo mês, coube-lhe proceder ao recrutamento, à instrução e à distribuição dos recrutas pelos respectivos corpos. Em Setembro, recairia sobre ele a tarefa de organizar as baterias de defesa do Recife, o que incluía a selecção dos integrantes do Corpo de Artilharia de Posição. Essa última atribuição foi-lhe dada no mesmo ofício em que o governador o nomeava Inspector do Corpo de Artilharia. Cunha Mattos e Luís Rego pretendiam que as tropas pernambucanas alcançassem razoável nível de treino e de disciplina militar. O plano de reestruturação das tropas encontrou, no entanto, resistências. O estilo militar continuava estranho, inclusive, para muitos oficiais das tropas de linha e das auxiliares.

O recrutamento para as tropas de primeira linha também estava sob a supervisão de Cunha Mattos. O trabalho exigia a articulação de diferentes autoridades régias e o apoio dos potentados locais. A efectividade do recrutamento deparava-se com a tradicional ojeriza da população<sup>36</sup> e dependia das relações de clientela que, no Brasil, articulavam senhores de terra, escravos e pobres livres<sup>37</sup>. A imprecisão dos critérios de isenção permitia a sua manipulação pelas autoridades envolvidas com o processo<sup>38</sup>. Efectivado o

---

<sup>35</sup> Ofício de Raimundo José da Cunha Mattos ao governador Luís Rego, 23 de fevereiro de 1818, APEGE, AG-1.

<sup>36</sup> Fernando Dores COSTA, «Os problemas do recrutamento militar no final do século XVIII e as questões da construção do Estado e da nação», in *Análise Social*, vol. 30, n.º 130, 1995, p. 122.

<sup>37</sup> Hendrik KRAAY, «Repensando o recrutamento militar no Brasil imperial», in *Diálogos*, vol. 3, n.º 1, 1999, p. 115.

<sup>38</sup> Fábio Faria MENDES, «Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX», in Celso CASTRO, Vítor IZECKSOHN & Hendrik KRAAY (org.), *A nova história militar brasileira*, Rio de Janeiro, FGV/Bom Texto, 2004, p. 127. Em 1818, as instruções

recrutamento pelas autoridades civis, os aprisionados deveriam ser mandados aos quartéis para serem treinados pelos oficiais do Segundo Regimento do Exército de Portugal, sob a inspecção de Cunha Mattos.

Concluído o recrutamento, o governo enfrentava outro grande obstáculo para o efetivo fortalecimento da província: a deserção. A documentação sugere que Luís do Rego buscou usar contra os desertores as relações de clientela que tradicionalmente os protegiam: a lealdade aos grupos familiares poderia, a seu ver, coibir a deserção. Essa era um problema grave porque, além de desestruturar as linhas defensivas, produzia um grande número de homens que perambulavam pelas estradas e vilas, tornando-se perigosos para a sociedade. O envolvimento de Cunha Mattos com o recrutamento e a reorganização das tropas ofereceu-lhe a oportunidade de conhecer as condições das tropas no Brasil e a necessidade urgente de reestruturação.

Durante o período em que Cunha Mattos actuou em Pernambuco, as relações com o governador foram muito positivas. Luís Rego interveio na sua efectivação como Coronel do Exército Brasileiro, bem como na sua indicação para o cargo de vice-inspector do Real Arsenal do Exército na Corte e de deputado da Real Junta da Fazenda daquele arsenal, em Julho de 1819<sup>39</sup>. O governador Luís do Rego Barreto não poupou elogios a Cunha Mattos quando esse partiu para a Corte, dizendo-se devedor do coronel em virtude da cooperação que dera à capitania e do cumprimento do dever. Exaltou «o seu préstimo incansável, zelo e decidida honra», que fariam com que não fosse ali esquecido. Concluiu afirmando que sua única satisfação no afastamento de «um tão digno camarada» era ver as «qualidades deste Benemérito oficial» sendo reconhecidas pelo rei<sup>40</sup>.

Cunha Mattos não mais voltou a Pernambuco.

## O Arsenal Real do Exército no Rio de Janeiro

Cunha Mattos desempenhou no Real Arsenal da Corte actividades muito semelhantes àquelas desenvolvidas no trem de Pernambuco, centradas na organização dos espaços físicos e dos soldados que lá prestavam serviços. Suas atribuições eram, essencialmente, técnicas. Ele assumiu a função de vice-inspector do Arsenal em 21 de Setembro de 1819.

---

de Luís do Rego previam a isenção dos casados, dos filhos mais velhos e dos arrimos de família, dos lavradores que não possuíssem escravos, dos menores de 15 e maiores de 30, dos lojistas e dos comerciantes de tabaco. Luís Rego incluiu no rol dos recrutáveis os descumpridores de seu papel social, como os homens casados que não sustentavam suas famílias. Ofício de Luís do Rego Barreto a Raimundo José da Cunha Mattos, 16 de julho de 1818. Seção de Processos Individuais, AHM/DIV/3/7 – Matos, Raimundo José da Cunha.

<sup>39</sup> Ofício de Thomaz Antônio Villa Nova Portugal a Raimundo José da Cunha Mattos, Rio de Janeiro, 30 de julho de 1819. Seção de Processos Individuais, AHM/DIV/3/7 – Mattos, Raimundo José da Cunha.

<sup>40</sup> Ordem do dia, quartel-general de Mondego, 24 de agosto de 1819. Idem.

As acções de Cunha Mattos não contariam com a simpatia de todos os membros da Junta da Real Fazenda, que o consideravam arrogante e autoritário. Questão semelhante já criara problemas para Cunha Mattos em Pernambuco. Os embates com os membros da Junta o enfraqueceram politicamente. Em Maio de 1821, teve suas atribuições reduzidas pela criação do cargo de Director do Arsenal Real. Outro decreto, de Outubro daquele mesmo ano, aboliu o cargo de vice-inspector do Arsenal do Exército por considerar tal função desnecessária. O coronel Raimundo José da Cunha Mattos foi, então, demitido<sup>41</sup>. Esse evento não significou, contudo, o seu afastamento das questões do arsenal.

Os reveses do processo de constitucionalização portuguesa tornavam cada vez mais possível a separação de Brasil e Portugal e a consequente ocorrência de conflitos bélicos. Diante disso, d. Pedro decidiu formar uma comissão militar para examinar o estado do Arsenal da Corte e propor as reformas e melhorias necessárias. A despeito de não ser um dos seus integrantes, Cunha Mattos apresentou à Comissão – mediante autorização do Príncipe Regente D. Pedro – uma memória baseada na sua experiência como vice-inspector. A *Memória estatística-económica-administrativa sobre o Arsenal do Exército, Fábricas e Fundições da Corte do Rio de Janeiro* era a grande oportunidade de sistematização e defesa das propostas apresentadas por Cunha Mattos no tempo em que servira no arsenal<sup>42</sup>.

Ele acreditava que o arsenal deveria estar vinculado directamente à secretaria de Estado dos Negócios da Guerra em tudo aquilo que se referisse a objectos Militares. O Tesouro Público, por sua vez, seria responsável pela fiscalização e contabilidade das despesas. A administração geral deveria estar a cargo de um corpo de militares e civis, escolhidos por critérios meritocráticos e, por conseguinte, capazes de cumprir suas distintas obrigações. Tais homens seriam incumbidos, por exemplo, da padronização geral dos armamentos e dos apetrechos da infantaria, da cavalaria e da Artilharia de todo o Brasil, evitando assim compras ou produção de material com dimensões e qualidades inadequadas.

Cunha Mattos acreditava que a qualidade dos trabalhos feitos pelo arsenal dependia da boa formação técnica dos oficiais e do trabalho de fiscalização nas oficinas. Para isso defendeu a adopção do sistema de empreitadas no Arsenal. Ele argumentou que os contratados por soldos pré-determinados e os escravos eram um impedimento à melhoria da produtividade das oficinas, já que nenhum deles trabalharia com entusiasmo: os primeiros, por saberem que ganhariam seus soldos independentemente de haver ou não trabalho, e os segundos, por terem os seus donos como únicos beneficiários de seus

---

<sup>41</sup> Decreto de 29 de outubro de 1821. *Coleção de Leis do Império (1808-1889)*. Disponível em [http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-E4\\_30.pdf](http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-E4_30.pdf), acessado em 22/4/2008.

<sup>42</sup> R. J. C. MATTOS, *Memória estatística-económica-administrativa sobre o arsenal do Exército, Fábricas e Fundições da Corte do Rio de Janeiro*, Vila Nova de Famalicão, 1939.

esforços. Assim, o homem que tivesse uma recompensa proporcional à quantidade e à qualidade de sua produção seria muito mais interessante para o serviço nos arsenais. A proposta de racionalização da administração alcançava o sistema de compras do arsenal. As aquisições deveriam ser realizadas por leilão público e «concurso de quem os tiver para serem escolhidos os de melhor qualidade, menor preço e a pagamentos em épocas favoráveis»<sup>43</sup>. Era preciso, segundo ele, afastar os intermediários.

O coronel defendeu ainda a actuação dos arsenais militares como uma «grande escola de Artes e Ofícios, escolas públicas» com o objectivo de habilitar «o cidadão pobre» para «ser útil a sua Pátria». O que ele solicitava, de fato, era a reactivação do projecto que iniciara quando estava no Arsenal. Naquela ocasião, criara um arquivo para o arranjo sistematizado dos desenhos, modelos e livros necessários para o trabalho dos Oficiais directores, Mestres de Oficinas, e de outras pessoas com interesses científicas, ou mesmo os curiosos. Ele contava também com uma espécie de museu onde seriam expostas máquinas e armas de guerras antigas e modernas e máquinas hidráulicas. O acervo ainda contaria com amostras de madeiras do Brasil e do exterior. Com o apoio do soberano, havia também iniciado a formação de uma pequena biblioteca formada por livros de artes e ofícios importados da França, Inglaterra e Portugal.

As semelhanças entre a escola criada por Cunha Mattos e a Casa Pia de Lisboa onde ele estudou são significativas. Em ambas, buscava-se difundir os princípios da Ilustração relativos à valorização do conhecimento útil e ao melhoramento da população pela educação. Tal iniciativa era uma oportunidade para os meninos de origem modesta ter acesso às novidades da ciência e, com isso, tornarem-se homens capazes de buscar sua felicidade e a do Estado.

A iniciativa de oferecer-se como colaborador da comissão resultou na indicação de Cunha Mattos para deputado da comissão do arsenal em Junho daquele ano, aproximando-o do futuro imperador d. Pedro I e de alguns importantes nomes do cenário político da época.

### **A participação de Cunha Mattos nos debates de 1822 no Brasil**

A posição política de Cunha Mattos tornara-se pública desde o início de 1822, quando teve sua primeira participação nos debates que agitavam as principais cidades do Brasil e de Portugal sobre os destinos do império. Os autores dos textos que deram forma ao debate seriam protagonistas nos acontecimentos da década. Muitos foram eleitos para as Cortes de Lisboa e, com o decorrer dos eventos, para a Assembleia Constituinte do Brasil. Em sua maioria, eram homens fortemente influenciados pelo reformismo escla-

---

<sup>43</sup> R. J. C. MATTOS, *Memória estatística...* cit., p. 26.

recido, alguns marcados pela política de D. Rodrigo de Sousa Coutinho e por seu projecto da construção de um grande império luso-brasileiro, o que os tornava mais refractários a ideais separatistas. Essa elite compartilhava uma cultura política que dispunha de «todos os ingredientes que permitiam o desenvolvimento do constitucionalismo moderno»<sup>44</sup>.

Entre Março e Julho de 1822, Raimundo José da Cunha Mattos publicou folhetins defendendo a opção unionista perante os portugueses dos dois hemisférios. Ele polemizava com os que buscavam reforçar a imagem da luta entre colónia e metrópole, que tinham então no *Revérbero Constitucional* um de seus principais veículos, e com aqueles que apregoavam que a concretização da separação não significaria grandes perdas para Portugal.

Em Março, publicou a *Carta histórico-político-militar...*<sup>45</sup>, em resposta a um artigo do *Semanário Cívico da Bahia*, que, a seu ver, defendia uma «doutrina falsa» ao tentar «mostrar a nulidade absoluta do Brasil». A imperinência de tal acepção era-lhe óbvia: o havido provado a transferência da Corte para o Rio de Janeiro. Os benefícios de tal acontecimento, aliás, deram ao então Reino do Brasil condições para sustentar sua autonomia. No entanto, essa não era a melhor opção: o Brasil poderia contar «entre as mais ilustres potências do Universo...», mas a sua grandiosidade seria ainda maior mantendo-se ligado ao Reino de Portugal. Ele acreditava, no entanto, que tal união só era possível se efectivada em termos de uma verdadeira igualdade e reciprocidade. Tal condição, por sua vez, exigia a existência de uma assembleia legislativa no reino do Brasil, responsável pela adequação da Constituição do Império luso-brasileiro à realidade local. Tal concepção fora apresentada oficialmente por Clemente Pereira no célebre dia do Fico e levada às Cortes pelos deputados de São Paulo<sup>46</sup>.

As particularidades do Brasil – suas dimensões, diversidade, e distância em relação a Lisboa – tornavam seu governo inviável se em tudo dependesse das resoluções de Portugal, sendo necessária a presença de representantes dos três poderes na América<sup>47</sup>. Era preciso evitar movimentos de separação,

---

<sup>44</sup> António Manuel HESPANHA, *Guiando a mão invisível...* cit., p. 45. A participação dos «oficiais da monarquia» no processo de adesão ao sistema constitucionalista também foi marcante no mundo hispânico. Sobre esse assunto, ver: José M. PORTULLO VALDÉS, «Constitucionalismo antes de la Constitución. La Economía Política y los orígenes del constitucionalismo en España», *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Coloquios, 2007. Acessado em 28/4/2008, disponível em <http://nuevomundo.revues.org/index4160.html>.

<sup>45</sup> Carta histórico-político-militar dirigida a certo redator refutando a doutrina do n.º 49 do *Semanário Cívico da Bahia*. Rio de Janeiro: Typographia de Santos e Souza, 1822. Não foi possível localizar nenhum exemplar desse número do *Semanário Cívico da Bahia*, apesar dos esforços empreendidos.

<sup>46</sup> Clemente Pereira observava que tal medida era necessária para que Portugal e Brasil continuassem sendo «sempre uma só grande família irmã, um só povo, uma só nação, um só império». Citado em: Maria de Lourdes Viana LYRA, *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política: 1798-1822*, Rio de Janeiro, Livraria Sette Letras Editora, 1994, p. 205.

<sup>47</sup> As dificuldades em colocar sob uma só Constituição realidades tão diversas como a dos reinos europeus e as dos Estados americanos foram observadas por Jeremy Bentham ao

posto que o risco da fragmentação do império não estava restrito à cisão entre os dois reinos. O Brasil estava longe de constituir uma unidade política. Muitos viam em D. Pedro, como príncipe regente e herdeiro da Coroa, a força aglutinadora capaz de evitar que a América portuguesa seguisse os passos da espanhola, que até então se encontrava às voltas com revoluções e guerras. Apesar de Cunha Mattos referir-se ao 'Brasil', seus textos indicam que ele considerava essa entidade política mais um desejo que uma realidade no momento em que escrevia. O Brasil havia existido como «um corpo político formado de todas as suas Províncias» apenas durante o período em que esteve sob o governo de D. João VI.<sup>48</sup> A mudança de estatuto ocorrera, portanto, não com a elevação formal do mesmo à categoria de reino, mas pela presença unificadora do soberano em seu território. Assim, a unidade do império dependeria, primeiro, da unificação dos 'brasis'.

Em Abril de 1822, ele continuou sua defesa da união do Império luso-brasileiro. Publicou então o «Ensaio histórico político sobre a origem, progressos e merecimento da antipatia e recíproca aversão de alguns portugueses europeus e brasileiros...»<sup>49</sup>. Dialogava com a ata do governo da Bahia que apontava a «funesta rivalidade entre Naturais e Europeus» como a origem da ameaça da «total ruína deste País»<sup>50</sup>. Sua opinião sobre o comportamento dos portugueses europeus foi muito dura. Para Cunha Mattos, a supremacia dos «interesses da Mãe Pátria» havia «semeado a cizânia e a discórdia» entre os portugueses reinóis e americanos. O «detestável sistema colonial» fundamentava-se em práticas muito prejudiciais à colônia, tais como: o monopólio comercial, o impedimento do desenvolvimento científico e das manufacturas, as preterições sistemáticas do Exército, a indicação de governantes inábeis e com poucos poderes, a transferência das riquezas para a Europa, entre outros<sup>51</sup>.

Apesar do discurso severo, a manutenção do império luso-brasileiro continuou a ser defendida pelo autor. Aquele era o momento propício para a reconciliação de todos os portugueses, «Irmãos, filhos da mesma Pátria»,

---

referir-se à Constituição Gaditana, elaborada pelas Cortes de Cádiz sem considerar as particularidades das estruturas sociais americanas. Federica MORELLI, «La redefinición de las relaciones imperiales: en torno a la relación reformas dieciochescas/independencia en América», em: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, n.º 8, 2008. Acessado em 25/2/2008, disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/document19413.html>.

<sup>48</sup> Raimundo José da Cunha MATTOS, *Nova questão política: que vantagens resultarão aos Reinos do Brasil e de Portugal se conservarem uma união sincera, pacífica e leal?*, Rio de Janeiro, Typographia do Diário, 1822, p. 1.

<sup>49</sup> Raymundo José da Cunha MATTOS, *Ensaio histórico-político sobre a origem, progressos e merecimento da antipatia e recíproca aversão de alguns portugueses europeus e brasileiros, ou elucidação de um período da célebre ata do Governo da Bahia, datada de 18 de fevereiro do ano corrente*, Rio de Janeiro, Typographia de Mos Garcez, 1822.

<sup>50</sup> Ata do Governo da Bahia de 18 de fevereiro de 1822, citado em: Raymundo José da Cunha MATTOS, *Ensaio histórico-político sobre a origem...* cit., p. 2.

<sup>51</sup> Idem, *ibidem*, p. 30.

unidos pelos «vínculos de sangue, de Religião, com os mesmos costumes, prejuízos e inclinações». O prémio por tais esforços seria a construção de um futuro grandioso. A união deveria se dar por e apesar do passado, em nome do futuro. Tal projecto dependia, portanto, de diferentes articulações entre o passado, presente e o futuro. Se em seu folheto de Março, Cunha Mattos havia apontado o príncipe regente como elemento aglutinador capaz de construir uma identidade colectiva que subjugasse as identidades locais e as mágoas do passado, em Abril seus argumentos focariam a pátria: «os interesses de todos os habitantes de Portugal e de todos os habitantes do Brasil devem ser a salvação, a glória e a felicidade da Pátria!»

O sentido dado por Cunha Mattos neste texto ao conceito de *pátria* não era o atribuído normalmente ao vocábulo, ou seja, «lugar de nascimento, de onde se era natural». Ele considerava que o uso político dessa concepção era factor de discórdia e portador de grandes perigos para o Brasil, sendo necessário, por isso, combatê-lo. Ele queria evocar com a noção de pátria o sentimento de pertencimento a uma comunidade política singular, geograficamente definida e que deveria ser depositária de todas as lealdades de seus membros, dos quais se esperava estarem dispostos a sacrifícios pessoais<sup>52</sup>. Definiu-a nos seguintes termos:

Pátria é a cousa pública: o Rei é Pátria: o Governo é Pátria: o País que habitamos é Pátria: a Colecção dos nossos Concidadãos, de nossas mulheres, de nossos filhos, de nossos parentes, de nossos Amigos é Pátria: o nosso próprio bem-estar é Pátria, entidade sagrada e por cuja conservação tudo devemos arriscar. Tal é a definição de Pátria dada por um sábio Espanhol!<sup>53</sup>

Suas teses lhe renderam grandes críticas, principalmente por parte dos portugueses europeus que o acusavam de incendiário e inimigo de Portugal, aos quais respondeu: «Eu sou Europeu tão honrado como o melhor homem nascido em Portugal: sou Brasileiro e de sentimentos tão puros como o melhor Português nascido no Brasil: não faço distinção entre um e outro Reino...»<sup>54</sup>.

<sup>52</sup> Lúcia Pereira das NEVES observou que Cunha Mattos «definiu a palavra [pátria], dotando-a de um sentido moderno e revolucionário». *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*, Editora Revan/FAPERJ, Rio de Janeiro, 2003, p. 205.

<sup>53</sup> Num dos exemplares desse folheto pertencente à BNRJ, encontra-se um comentário anônimo ao lado dessa passagem: «Rejeito completamente a definição, quer no material, quer em seu sentido imaterial», o que é um indício da novidade do significado trazido por Cunha Mattos. O 'sábio espanhol' referido era o beneditino Frei Benito Feijoo, que discutira em 1726 as distinções e as tensões existentes entre o que ele chamou de 'Pátria comum' e a 'pátria local'. A primeira seria entendida como «a República, o Estado, cujos membros somos», «unidos pelos laços das mesmas leis», «sob um governo civil». Os interesses dessa entidade política deveriam ser defendidos heroicamente, estando acima dos «interesses particulares». O amor exacerbado à «*pátria chica*» seria, por outro lado, nocivo à *Res publica*, posto que induziria «alguma divisão nos ânimos». Benito Jerónimo FEIJOO Y MONTENEGRO, *Obras escogidas*, Madrid, M. Rivadeneira, 1863, p. 145.

<sup>54</sup> Raymundo José da Cunha MATTOS, *Ensaio histórico-político sobre a origem...* cit., p. 11.

Persistente na defesa da monarquia dual, o coronel deu início a outro trabalho no qual pretendia demonstrar a impropriedade da tese de que o Brasil poderia ser substituído pelas possessões portuguesas em África<sup>55</sup>. Esse projecto foi abandonado em 22 de Agosto daquele ano, em decorrência da independência do Brasil, o que, a seu ver, tornava a exploração da África um problema para os lusitanos. Na ocasião, Cunha Mattos sintetizou o processo que levou à tão indesejada separação entre Portugal e Brasil:

... apareceu o resultado da maligna animosidade dos inimigos do Brasil que faltando à fé jurada, propuseram-se ainda menos do que reduzir o vasto continente das antigas possessões portuguesas da América ao abjecto estado de servidão, e ao estado de colónia subjugada. Os brasileiros, ressentidos do mau tratamento que se lhes dava, e do nenhum decoro com que era tratado o seu Príncipe Regente, filho e herdeiro do Senhor Rei D. João VI, separaram-se de Portugal, proclamaram a sua Independência política e colocaram sobre o excelso trono do Brasil o seu mesmo Regente, aclamando-O Imperador desta vasta porção do Hemisfério Ocidental<sup>56</sup>.

A dissolução do Império luso-brasileiro era consequência de um conjunto de actos das Cortes que eram interpretados, naquele contexto, como esforços de recolonização da América portuguesa<sup>57</sup>. Assim, a formação do império do Brasil era o resultado da resistência ao «despotismo parlar» lisboense e, conseqüentemente, um ato legítimo contra a escravidão e o servidão. Cunha Mattos aderiu à causa brasileira e passava a assumir sua condição de «brasileiro nascido em Portugal».

A independência, contudo, ainda não estava concluída. Os dias que se seguiram testemunhariam importantes eventos, tal como a ida do príncipe à província de São Paulo, o célebre 7 de Setembro e a aclamação e coroação de D. Pedro como imperador do Brasil em Outubro. O Brasil tornara-se uma entidade política autónoma, seguindo um caminho deveras distinto dos demais Estados americanos. Estabeleceu-se uma monarquia nas Américas, cujo soberano recebera o título de imperador, e as fronteiras coincidiam quase totalmente com as do período colonial.

---

<sup>55</sup> Raimundo José da Cunha MATTOS, *O estado presente das colónias portuguesas na Costa d'África*. Manuscrito do Real Gabinete Português de Leitura.

<sup>56</sup> Raimundo José da Cunha MATTOS, *O estado das colónias portuguesas na Costa d'África*, Real Gabinete Português de Leitura.

<sup>57</sup> A interpretação dos atos das Cortes como recolonizadoras foi divulgada já na segunda metade de 1821 e veio a ser explicado no relatório da Comissão de Constituição como razão das adversidades existentes entre portugueses brasileiros e portugueses europeus. Valentim ALEXANDRE, «O processo de independência do Brasil»..., p. 33.

### Cunha Mattos em Goiás

A longa resistência de Cunha Mattos à opção separatista não lhe trouxe problemas políticos imediatos. Isso é o que sugere sua nomeação para o cargo de governador de armas da província de Goiás em Março de 1823. Ele permaneceu nessa província até inícios de 1826, quando partiu para o Rio de Janeiro e assumiu sua cadeira de representante de Goiás na Câmara dos Deputados do Império do Brasil.

A manutenção da ordem na província de Goiás e da unidade do Império brasileiro orientaram a ação daquele governador de armas. As experiências de Cunha Mattos pelos sertões de Goiás logo o convenceriam de que a maioria dos brasileiros ignorava o significado das mudanças políticas ocorridas no império. Isso não colaborava para a plena adesão ao modelo constitucional, como para a criação de laços de identidade em nível nacional. A fidelidade ao Imperador, constataria o então governador de armas de Goiás, era o que garantia a manutenção da unidade do novo império naqueles momentos iniciais. Era preciso, portanto, cultivá-la enquanto não se desse o «aprendizado» do sistema constitucional por todos os povos que compunham o novo país.

Os anos em que ele serviu em Goiás foram marcados por constantes conflitos com o governo civil. Os ideais do governador de armas causaram certo estranhamento na província, levando-o a afirmar, pouco mais de dez dias após sua chegada, que todos o olhavam «como para pessoa que há de causar incômodo ou introduzir um sistema de vida diametralmente oposto aos seus desejos...»<sup>58</sup>. Sua concepção de governo pressupunha a intervenção na sociedade. Ao que tudo indica, os ideais administrativos do recém-chegado produziram algum desconforto entre os membros da Junta de Governo Provisório. Quando essa foi substituída pelo Presidente de Província, Caetano Maria Lopes Gama, os confrontos decorreriam da indefinição das atribuições dessas autoridades régias e das diferenças de personalidade<sup>59</sup>.

Muitos foram os estranhamentos entre o governador de armas e o governo civil da província. Os conflitos provavelmente não foram mais sérios porque Cunha Mattos passou boa parte daqueles anos perambulando pelos sertões e distante de sua capital, Vila Boa de Goiás. O embate mais significativo entre as principais autoridades régias naquela província ocorreu em 1825, pouco depois de sua eleição para a Câmara dos Deputados.

---

<sup>58</sup> Ofício do Governador de Armas à Secretaria dos Negócios da Guerra em 26 de junho de 1823. ANRJ, IG<sup>1</sup> 255.

<sup>59</sup> Lopes Gama, nascido em Recife em 1795, havia estudado em Coimbra e era ouvidor da comarca em Alagoas quando ocorreu a Revolução do Porto. Defensor entusiasta do sistema constitucional, foi eleito presidente da Junta Provisória e, posteriormente, deputado por Alagoas na Assembléia Extraordinária das Cortes de Lisboa. Lopes Gama ocupou importantes postos ao longo de sua vida: deputado por Goiás na segunda legislatura, desembargador da Relação da Bahia, intendente de polícia da Corte, senador, conselheiro de Estado e ministro. BRASIL. SENADO FEDERAL, *Dados biográficos dos senadores do Rio de Janeiro, 1826-1997*, Senado: Rio de Janeiro, 1997, pp. 49.

Em Julho daquele ano, a Secretaria de Estado dos Negócios do Império solicitara ao governo provincial um relatório no qual fossem apresentadas as causas e possíveis soluções para a decadência da província. Diante disto, Caetano Maria Lopes Gama, o primeiro presidente da província de Goiás, solicitou a Cunha Mattos seu auxílio como deputado eleito por Goiás. A resposta do já então brigadeiro foi ferrenha e trouxe para si sérias inimizades<sup>60</sup>. Para ele, os problemas estavam na própria estrutura da sociedade provincial. Impregnava o passado e o presente. Diante de um diagnóstico tão negativo, a esperança encontrava-se, mesmo assim esvaecida, em medidas drásticas. Em linhas gerais, propunha a reestruturação de toda a máquina de arrecadação e fiscalização, a ocupação dos cargos por critérios meritórios e não por «protecções», a atribuição de responsabilidades aos magistrados e aos fiscais, a transparência dos negócios da Fazenda Pública, a exigência de garantias para empréstimos e outros negócios com o Estado, o incentivo à produção agrícola e à mineração e a melhoraria dos caminhos imperiais. Prudente em relação ao envio de seu escrito à Corte e à reverberação de tais ideias naquele espaço, destacou que tais sugestões «só em Goiás pode[ria]m ter lugar, e absurdo seria o propô-las como gerais para todo o Império».

Quando o ofício chegou ao conhecimento de Lopes Gama e do Conselho de Governo Provincial, criou-se uma consumição geral na vila. O Conselho reunido, funcionários régios foram chamados a prestar depoimentos com o intuito de comprovar, ou mais provavelmente, refutar as denúncias<sup>61</sup>. Resolveu-se que o caso deveria ser levado ao Ministério e que um novo ofício fosse enviado ao Governador de Armas exigindo esclarecimentos.

A réplica de Cunha Mattos foi ainda mais aguda. Nomes foram citados, fatos ocorridos já na administração de Lopes Gama trazidos à tona, as relações tornaram-se ainda mais delicadas entre esses dois representantes do Estado Imperial. Cunha Mattos reafirmou a legitimidade de seus apontamentos, pautada em seus conhecimentos sobre a Província, na sua experiência como funcionário do Império luso-brasileiro em África, particularmente na Fazenda Régia, e como defensor da causa do Brasil. A legitimidade de sua conduta encontrava-se, em última instância, em ser resposta à solicitação feita pelo próprio presidente de província em decorrência de sua condição de deputado eleito, não sendo compreensível qualquer retaliação por tê-la respondido de modo franco e direto.

O caso foi levado formalmente ao Imperador, todavia, não veio a ter maiores desdobramentos. Em Março de 1826, Cunha Mattos deixou Goiás em direção ao Rio de Janeiro, onde residiu até sua morte. É pertinente

---

<sup>60</sup> Ofício do Governador de Armas ao Conselho de Governo da Província de Goiás de 27 de setembro de 1825, Arquivo Histórico Estadual de Goiás, livro manuscrito 119.

<sup>61</sup> Ofício do Governador das Armas, Raimundo José da Cunha Mattos, ao Conselho de Governo da Província de Goiás de 08 de outubro de 1825, publicado em *Americano*. BRASIL. «Cunha Mattos em Goiás», *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 96, vol. 150, 1924, pp. 237-251.

observar que apesar destes eventos, o brigadeiro foi reeleito deputado para a 2.<sup>a</sup> Legislatura da Câmara dos Deputados, de 1830 a 1833, juntamente com Lopes Gama.

### **Cunha Mattos na Câmara dos Deputados (1826-1833)**

Dizem que sou falador: sim, Sr. Presidente, porém se esses que me chamam falador soubessem que eu nasci algarvio, não se haviam de admirar, mas pergunto eu, tenho eu falado alguma coisa oposta à verdade? Não, Sr. Presidente, sou homem de bem, homem honrado (Apoiado, apoiado), homem amigo de minha pátria (apoiado, apoiado), amigo do governo: não falo senão o que devo. (...) Esta sala tem sido a minha fortaleza, a minha praça d'armas, o meu campo de batalha: aqui, Sr. Presidente, aqui é que hei de defender os interesses do povo do Brasil até a última extremidade, aqui é que hei de defender a Constituição, o governo, a nossa religião e todos os interesses que são mais caros ao Brasil, o mais não é próprio a um homem de bem<sup>62</sup>.

Em 6 de Maio de 1826, ocorreu a abertura da Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil. Durante três anos, o imperador governara apenas com o auxílio do Conselho de Estado. Nesse período, foram negociados importantes tratados, D. João VI faleceu e D. Pedro I abdicara do trono português em favor de sua filha, D. Maria da Glória. Essa iniciativa seria lembrada pelo Imperador na fala do trono daquela primeira sessão legislativa como sinal de seu compromisso com a Independência do Brasil.

Contudo, havia uma desconfiança em relação a D. Pedro. O fechamento da Assembleia Legislativa em 1823 e a demora em convocar as eleições para a Assembleia Geral foram algumas das principais razões desse mal-estar. Era preciso defender a Constituição e fortalecer as instituições para se garantir a independência: essa foi a temática principal do parlamento na primeira legislatura. Nesse sentido, o Poder Legislativo actuou como guardião da independência nacional pelo exercício de suas atribuições estritamente legislativas, e também na sua confirmação como lugar privilegiado da política, em seu sentido largo. A acção da Câmara dos Deputados foi decisiva para os eventos políticos que resultaram na queda do primeiro imperador. Cunha Mattos seria uma das principais vozes naqueles anos.

Muitos foram os temas dos debates e proposições de leis que contaram com a participação do então Brigadeiro Raimundo José. Entre esses, destacam-se a busca pela independência económica do Brasil, o recrutamento e a questão dos tratados internacionais. Nos primeiros dias de trabalhos legislativos, Cunha Mattos apresentou controverso projecto que objectivava estimular o crescimento económico do jovem país e garantir, com isso, a «verdadeira independência». Propunha que todas as repartições públicas e

<sup>62</sup> Raimundo José da Cunha Mattos, ACD, sessão de 10 de agosto de 1826, tomo IV, p. 99.

igrejas adquirissem produtos nacionais. A Comissão de Comércio, Agricultura, Indústria e Artes deu parecer contrário à proposta, recusando-a integralmente. Foi considerada impraticável e contrária aos princípios do livre comércio<sup>63</sup>.

Cunha Mattos conseguiu apoio suficiente para que o parecer fosse posto em discussão, apesar de não ser previsto no regimento da Câmara dos Deputados. Tomou a palavra e disse concordar com a comissão quanto à incapacidade da indústria nacional de responder imediatamente às demandas existentes. Entretanto, apontou a abertura dos portos em 1810 como a razão primeira para aquele estado de coisas. Seu discurso cobrou do governo o cumprimento de seu papel de promotor do enriquecimento do país e da felicidade dos povos. Tais obrigações eram desprezadas quando o governo aderira a tratados excessivamente francos. A oposição da Comissão foi explicada por ele como resultado da ideia equivocada de que as iniciativas para diversificar os produtos brasileiros prejudicariam a agricultura. Tal compreensão lhe parecia um grave erro económico, pois ignorava as relações existentes entre «as artes» e o comércio, e lamentou que os membros da comissão não tivessem uma percepção mais ampla da questão. Os debates se seguiram por mais duas sessões. A proposta de Cunha Mattos quase desapareceu, ofuscada pela controvérsia quanto à aplicabilidade ou não dos corolários do liberalismo económico ao Brasil. Ao final, a proposição foi rejeitada.

A organização das tropas brasileiras foi o tema do projecto apresentado por ele em Maio daquele ano. Cunha Mattos defendeu a urgência da criação de uma lei que possibilitasse a existência do Exército como corpo articulado, homogéneo e com alguma profissionalização. A inexistência de tal corpo era perpetuada, segundo ele, entre outros aspectos, pela confusão do repertório normativo. As lideranças militares faziam os arranjos das tropas de acordo com sua compreensão das leis e das negociações locais. Outro resultado dessa confusão era a estagnação em que se encontravam as tropas, sem que fosse possível oferecer benefícios aos soldados, tais como um plano de promoções e aumentos do soldo.

Enquanto a Comissão de Marinha e Guerra esforçava-se para criar uma lei geral para as tropas brasileiras, outro assunto militar tomou conta da Assembleia: o recrutamento. Cunha Mattos discursou sobre as condições dos recrutas: «homens desgraçados sobre quem pesam todos os flagelos da tirania de pessoas malévolas e despóticas». Essa circunstância, segundo ele, poderia ser evitada pela obediência às instruções de 10 de Julho de 1822 pelos comandantes de distritos, apontados por Cunha Mattos como os principais responsáveis pela violência dos recrutamentos<sup>64</sup>. Em sua opinião, era

<sup>63</sup> ACD, sessão de 31 de maio de 1826, tomo I, p. 198.

<sup>64</sup> Sessão de 26 de maio de 1826. ACD, Tomo II, p. 136. As instruções definiam os critérios de recrutamento em termos de cores e idades. A base dos recrutáveis era constituída pelos homens solteiros, brancos e pelos pardos libertos, entre 18 e 35 anos, que não constassem da lista de exceções. Era determinado que os recrutas recebessem 60 réis diários desde o

preciso melhorar as condições do recrutamento e das próprias tropas para que fossem minimamente atractivas para os homens de bem.

A questão do recrutamento viu-se envolvida em um verdadeiro escândalo: foi denunciada a morte de centenas de recrutas cearenses durante seu transporte até a Corte. O acontecimento foi tão grave que a Comissão de Constituição fez questão de observar que a mortandade dos navios negreiros era mais baixa que a constatada nos navios que levavam os recrutas<sup>65</sup>. A situação era dramática. Estimava-se que um terço da população do Ceará fugira em decorrência do recrutamento. Os deputados exigiam esclarecimentos por parte do governo e a punição dos culpados. Essa comoção, contudo, não foi suficiente para apressar a conclusão da lei do recrutamento.

Em 8 de Agosto do ano seguinte, Cunha Mattos apresentou mais uma proposta de lei sobre o tema. O recrutamento recairia sobre os «brasileiros livres naturais», entre os 18 e 30 anos. O universo de recrutáveis não teria mais a cor como critério de exclusão, mas sim a marca da escravidão. A idade limite seria reduzida para os 30 anos. Uma grande novidade da proposta era a exclusão dos que tivessem sido presos «por culpa provada» de furto ou roubo violento. Essa era uma grande inovação, pois tais homens eram vistos então como os mais adequados para ingressar nas fileiras do exército.

Um dos objectivos do projecto era conter a violência do recrutamento. Nesse sentido, era exigido que as autoridades cuidassem da integridade física dos recrutados. Eles deveriam marchar livres; ter garantidos os mantimentos necessários para as viagens; e, quando embarcados, ter um abrigo. Seria proibido o embarque de recrutas sem que fossem antes vacinados. Apesar de serem temas sempre muito debatidos, nenhum projecto sobre o recrutamento chegou a ser votado nas duas primeiras legislaturas.

Cunha Mattos também participou activamente dos debates sobre as relações internacionais do império. Era membro da Comissão de Estatística e Diplomacia. Durante os anos em que a Assembleia Geral esteve fechada, o corpo diplomático brasileiro dedicou-se à negociação dos termos do reconhecimento da independência do Brasil pelos demais Estados. As negociações com outras nações eram atribuições do Poder Executivo, que recebeu da Constituição de 1824 o controle quase que total da política externa do império<sup>66</sup>. A Assembleia Geral seria consultada apenas nos casos dos tratados de aliança e nos de declaração de guerra ou estabelecimento da paz. Os acordos seriam encaminhados ao parlamento após sua conclusão, e

---

momento do recrutamento e que fossem enviados aos quartéis-generais sem que lhes fossem postas «correntes, algemas ou manilhas». BRASIL. *Instruções para o recrutamento na Corte*, 10 de julho de 1822. Acessado em 5/10/2007, disponível em: [http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-F\\_62.pdf](http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-F_62.pdf).

<sup>65</sup> Sessão de 10 de agosto de 1826, ACD, tomo IV, p. 99.

<sup>66</sup> BRASIL. «Constituição Política do Império do Brasil». José Antônio Pimenta BUENO, *Direito público brasileiro e análise da Constituição do Império*, Senado Federal, Brasília, 1978, pp. 483-508.

apenas nos casos em que os interesses e a segurança do Estado o permitissem. A ratificação dos tratados pela Assembleia Geral só seria necessária quando envolvessem a cessão ou troca de território ou de possessões a que o império tivesse direito. O parlamento não se privou, contudo, de debater ardorosamente a política externa durante o Primeiro Reinado, principalmente sobre o que a Câmara dos Deputados convencionou chamar de «o sistema de tratados». As ferrenhas críticas daquela casa colaboraram para a diminuição da autoridade do imperador e sua consequente queda, em Abril de 1831.

Um dos primeiros debates sobre o tema ocorreu em Julho de 1827<sup>67</sup>. A Comissão de Diplomacia e Estatística da Câmara dos Deputados havia sido incumbida de apreciar o tratado que determinava o fim do tráfico de escravos, assinado entre o Brasil e a Grã-Bretanha. Em linhas gerais, a convenção determinava o fim de todo o tráfico de escravos no prazo de três anos. Ao final deste período, ele seria considerado um ato de pirataria. Isto significava dizer que os brasileiros envolvidos seriam julgados por um tribunal inglês e estariam sujeitos, inclusive, à pena de morte.

O parecer conciliador da Comissão não contou com os votos de Luiz Augusto May e de Cunha Mattos, que apresentaram seus votos em separado no plenário. Na opinião de May, o ofício do ministro havia deixado claro que os diplomatas brasileiros assinaram tal tratado sob coerção inglesa e a aprovação do parecer significava que a Câmara anuía a decisão. Cunha Mattos, por sua vez, considerou o tratado nulo, segundo o direito das gentes, e inconstitucional. Sua nulidade decorria do fato de ter sido assinado sob ameaça inglesa, portanto, era um tratado extorquido. Ele defendeu o fim do tráfico, mas de modo conveniente ao Brasil e por um «decreto do corpo legislativo brasileiro e não pela intervenção armada da Inglaterra». A submissão aos desejos britânicos colocava a independência do país em questão: «A convenção [...] é o último anel da grande cadeia com que fica manietada a nação brasileira.» A retórica da filantrópica inglesa também foi por ele criticada. Ela foi considerada instrumento político que visava favorecer o poderio anglo pelo mundo e, especificamente, para o domínio da África<sup>68</sup>.

A inconstitucionalidade, por sua vez, advinha dos actos legislativos de tal convenção, marcadamente, a proibição dos cidadãos brasileiros efectivarem o tráfico e a imposição de penalidades àqueles que insistissem nessa actividade. Tais actos eram prerrogativas do Poder Legislativo e, por conseguinte, extrapolaram o poder do Imperador. Cunha Mattos não desenvolveu em sua fala o significado do que ele classificou de violência, contudo, sua gravidade era óbvia. A divisão e a harmonia entre os poderes, como o prin-

<sup>67</sup> Sessão de 2 de julho de 1827. ACD, tomo III, p. 10.

<sup>68</sup> Andréia Firmino ALVES explorou em sua tese de doutorado os aspectos desse discurso de Cunha Mattos relacionados à escravidão. *O parlamento Brasileiro: 1823-1850. Debates sobre o tráfico de escravos e a escravidão*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da UnB, Brasília, 2008.

cípio conservador dos direitos dos cidadãos, eram o fundamento do sistema de governo representativo e o que o diferenciava, em essência, dos governos absolutos.<sup>69</sup>

Os demais argumentos apresentados por Cunha Mattos contra o tratado eram, fundamentalmente, económicos: sua execução seria desastrosa para as rendas públicas e para as actividades produtivas do país. Ele retomou, então, algumas ideias do debate ocorrido na sessão legislativa anterior quando defendeu a protecção das manufacturas e indústrias nacionais. O deputado prenunciava que todos os sectores da economia seriam atingidos pelos nefastos resultados daquele tratado. Segundo ele, a agricultura também seria muito prejudicada, haja vista a futura dificuldade em se repor os escravos. Haveria, portanto, um inevitável deficit de mão-de-obra.

Os africanos foram considerados essenciais para a consolidação do Brasil independente. Ele lançou então um audacioso argumento: a vinda de africanos era importante não apenas como mão-de-obra, mas para o aumento populacional do país. Diante das dificuldades de atrair a imigração europeia, que se destinava principalmente para os Estados Unidos da América, a ocupação territorial do Brasil por descendentes de escravos pareceu-lhe uma opção viável. Defensor do monogenismo, Cunha Mattos cria na possibilidade de desenvolvimento potencialmente homogénea da humanidade. Esta perspectiva fazia da problemática em torno da formação racial do brasileiro uma questão menor, visto que o uso de estratégias eficazes poderia levar os grupos marginais a se enquadrarem nos padrões desejados<sup>70</sup>.

Cunha Mattos duvidava, de fato, das intenções europeias em geral e entendia os tratados como instrumentos da manutenção da ingerência daquele continente sobre as jovens nações da América. O estabelecimento de convenções pautadas em princípios de reciprocidade de concessões entre nações tão desiguais, necessariamente, resultaria em danos para as mais fracas.

O debate acerca do parecer da Comissão e dos votos dissidentes seria muito vivo e longo. Diversos deputados fizeram questão de se colocar. A maioria concordava com as teses apresentadas nos votos quanto à invasão da atribuição legislativa pelo governo. Ao final, foi decidido que a Câmara não se pronunciaria a respeito do tratado, o que seria extensivo a todos os que a ela fossem enviados já ratificados. A desconfiança em relação aos tratados veio a ser um dos eixos de orientação de toda a política externa brasileira durante o período monárquico.

Os desgastes do governo de D. Pedro I agravaram-se nos anos seguintes. A ferrenha oposição da Câmara dos Deputados às medidas do Imperador consideradas despóticas, a oposição popular, a pressão de parte das tropas, entre outros tantos factores, tornaram seu governo insustentável. O seu governo acabaria em 7 de Abril, dando início ao período regencial.

<sup>69</sup> BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil, Art. 9. Obra citada, p. 484.

<sup>70</sup> Sobre a questão da raça no século XIX brasileiro, ver: Lilia SCHWARCZ, *O espetáculo das raças*, Companhia das Letras, São Paulo, 1993.

O início da Regência, contudo, não favoreceu Cunha Mattos. Desagravaram-lhe algumas das primeiras medidas do novo governo, tal como a drástica redução das tropas, a proposta de reforma dos oficiais que ficassem sem regimento e a demissão dos funcionários régios suspeitos de apoiarem a regeneração do trono de D. Pedro<sup>71</sup>: medidas que visavam, entre outras coisas, diminuir os espaços ocupados pelos portugueses de nascimento nas instâncias de poder brasileiras. Cunha Mattos também demonstrou alguma resistência à criação da Guarda Nacional e de outras medidas vistas por ele como ameaças à unidade do Império. Se opôs ferrenhamente a todos os atos que lhe pareceram resultar das paixões momentâneas: temia como muitos outros políticos, as consequências da radicalização do movimento.

Em meados daquele ano, ele solicitou licença para a Câmara, alegando questões pessoais e partiu para Portugal com a família. Desta viagem, voltaria em 1833, trazendo consigo uma obra sua sobre as aventuras de D. Pedro na guerra contra seu irmão<sup>72</sup>. O ano de 1833 seria ainda mais duro para o velho oficial. A Câmara dos Deputados o recebeu com muita desconfiança sobre os reais motivos de sua ida para Portugal. Isto parece ter sido agravado pelo fato de Cunha Mattos ter se encontrado com o ex-Imperador, então duque de Bragança.

Os debates acerca dos perigos da 'restauração' eram calorosos. Sobre este tema, Cunha Mattos se pronunciou no plenário relatando uma conversa que havia tido com D. Pedro. Segundo ele, o duque de Bragança lhe pedira para esclarecer que não havia perigo de seu retorno, posto que ele não tinha o menor interesse em tal feito. O deputado, contudo, fez questão de esclarecer que, apesar de estar transmitindo tal mensagem, ele convinha que D. Pedro era muito volúvel em suas decisões.

Sua situação no parlamento não ficou confortável. Foi acusado abertamente de contribuir para o retorno de D. Pedro. Cunha Mattos negaria veementemente tal ideia. Ele buscou lembrar a plenária dos confrontos que tivera com o então Imperador e sua actuação na Câmara quanto aos tratados e demais assuntos. Dizia ser pública a antipatia de D. Pedro para com ele. Seus argumentos parecem não ter sido suficientes. O tão eloquente Cunha Mattos permaneceria, no resto daquela sessão legislativa, em quase total silêncio.

### **Um Homem de Letras**

Os últimos anos de Raimundo José da Cunha Mattos foram dedicados a trabalhos administrativos e académicos. Contudo, isso não significava que tivesse se afastado do poder ou desistido da política. Suas actividades

---

<sup>71</sup> Sessão de 25 de junho de 1831. ACD, tomo I, p. 171.

<sup>72</sup> Não foram localizados documentos sobre esta estada de Cunha Mattos em Portugal.

intelectuais podem ser entendidas como uma forma de intervenção política voltada para a transformação da sociedade por meio da difusão das 'luzes'.

Ainda em 1833, foi indicado para integrar a comissão responsável pela elaboração do projecto de organização das ordenanças do Exército e, logo depois, designado Comandante da Academia Militar, que havia acabado de ser reformada. Essa academia foi criada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho em 1810, segundo o modelo da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, inaugurada em Lisboa em 1790. Ambas visavam à formação de um oficialato instruído nas matérias consideradas úteis na «ciência da guerra», especialmente engenharia e artilharia.

A necessidade de reformas na Academia Militar era ponto passivo desde o início da Regência. O brigadeiro Antero José Ferreira de Brito, ministro da Guerra, defendia a militarização da Academia e, para isso, decidiu indicar Cunha Mattos, cujas opiniões sobre a urgência de se oferecer uma sólida formação aos oficiais eram bem conhecidas, como seu comandante.

Ele acreditava que a Academia precisava ensinar, mas também treinar os alunos. Assim, o ápice do ano lectivo deveria ser os acampamentos – previstos no estatuto de criação, mas, até então, inexistentes. Durante o mês de Janeiro de 1835, os oficiais e professores da Academia acamparam na Praia Vermelha no Rio de Janeiro para executar os exercícios práticos, que consistiam em trabalhos de geodésica, levantamentos topográficos, montagem e utilização dos armamentos, exercícios de tiro e prática de acampamento, entre outros<sup>73</sup>. Uma das principais vantagens desse exercício, segundo Cunha Mattos, era o fato de promover a imersão dos oficiais no ambiente militar. A necessidade de afastar da cidade as tropas de linha era um tema recorrente em suas falas desde, pelo menos, 1830. Para ele, a verdadeira disciplina militar dependia disso. As iniciativas de Cunha Mattos, contudo, encontraram resistência entre alunos e professores, que solicitaram ao Ministério a suspensão de algumas determinações. A troca de ministros em Janeiro de 1835 fez Cunha Mattos perder apoio e, em Março, a reforma dos estatutos foi revogada. O posto que ele ocupava desapareceu.

Novamente, sua demissão não significou seu ostracismo: naquele mesmo ano, recebeu a patente de marechal-de-campo. Chegara ao auge de sua carreira militar, conseguindo um posto importante e difícil de ser alcançado por um soldado de origem modesta. Ainda em 1835, teve mais uma oportunidade de pôr seus conhecimentos a serviço do Estado, sendo designado vogal do Conselho Supremo Militar.

O Conselho havia sido criado pelo príncipe regente D. João em 1.º de Abril de 1808 e acumulava funções administrativas e judiciárias. Era constituído por três conselheiros de Guerra e do Almirantado e por oficiais nomeados como vogais. Actuava como tribunal de segunda instância para os crimes de foro militar. A escolha de Cunha Mattos para o Conselho Supremo

---

<sup>73</sup> Jehovah MOTTA, *Formação do Oficial do Exército. Currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1844*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2001, p. 63.

Militar foi influenciada pelo fato de ele haver publicado no ano anterior o primeiro tomo do seu *Repertório da Legislação Militar Actualmente em Vigor no Exército e Armada do Brasil*<sup>74</sup>. A maior parte da legislação então vigente era dos tempos coloniais e reflectia a lógica do Antigo Regime. O *Repertório* buscava sistematizar a pluralidade de normas que orientavam a organização militar brasileira. Alguns dos vernáculos receberam breves definições.

O primeiro volume do *Repertório* foi o segundo livro publicado por Cunha Mattos, e fazia parte da agenda de produção intelectual que implementara durante aqueles anos. Na correspondência enviada à Secretaria de Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos em 1813, ele já se referia ao projecto da escrita de alguns livros. Além da memória sobre São Tomé, prometera ao secretário uma «nomenclatura Militar ou Dicionário dos Termos Técnicos da Ciência Militar»<sup>75</sup>.

O primeiro livro de Cunha Mattos foi publicado em 1833: *Memória da Campanha do Senhor d. Pedro d'Alcântara, Ex-Imperador do Brasil, no Reino de Portugal, com Algumas Notícias Anteriores ao Dia do seu Desembarque*<sup>76</sup>. O livro narrava os acontecimentos do cerco da cidade do Porto e as aventuras do ex-imperador em Portugal. Já em 1836, seria a vez do *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão*<sup>77</sup>. Essa obra contém, basicamente, os diários da viagem feita por Cunha Mattos ao sertão do centro do Brasil. Além do *Itinerário*, outras duas obras de Cunha Mattos retratavam partes do território brasileiro: *Corografia Histórica da Província de Goiás* e *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais*.

Cunha Mattos acreditava que o Brasil ainda era uma 'obra inacabada'. Entre as providências necessárias para a construção e afirmação do país como unidade política estava a promoção do conhecimento sobre o território. Eram necessários dados que tornassem possível a configuração mental da unidade territorial brasileira. As corografias, os mapas, os dicionários geográficos e os escritos de viajantes eram importantes instrumentos para o conhecimento e consequente domínio do espaço nacional.

Próximo de sua morte, Cunha Mattos escreveu o *Compêndio Histórico das Possessões de Portugal na África*. O *Compêndio Histórico* foi escrito durante um período particularmente tumultuado da história lusa. Portugal acabara de sair de uma guerra civil e perdera, havia aproximadamente uma década, sua principal colónia. A obra era então uma colaboração do 'ex-por-

---

<sup>74</sup> Raimundo José da Cunha MATTOS, *Repertorio da Legislação Militar, Actualmente em Vigor no Exercito e na Armada do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de Seignot-Plancher e Comp., 1834-1842.

<sup>75</sup> AHU, São Tomé e Príncipe, caixa 48, doc. 13.

<sup>76</sup> *Memória da campanha do senhor D. Pedro d'Alcântara, Ex-Imperador do Brasil, no reino de Portugal, com algumas noticias anteriores ao dia do seu desembarque*, Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de Seignot-Plancher e Comp., 1833.

<sup>77</sup> R. J. C. MATTOS, *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*. Obra dedicada ao exmo. sr. Diogo Antonio Feijó. Rio de Janeiro, Tip. Imp. e Constitucional de J. Vileneuve e Cia., 1836.

tuguês' ao soerguer de Portugal. A seu ver, o império luso encontrava-se em um «estado cadavérico», mas ainda era possível recuperar-se, desde que se partisse de uma visão realista.<sup>78</sup> Uma curiosidade acerca desse livro é a dedicatória. Ele foi «composto e oferecido à Sua Majestade Fidelíssima a Rainha de Portugal», por «seu mais submisso servidor».

O conjunto das obras escritas ou publicadas por Cunha Mattos nesse período reforça a tese acerca de sua identificação com o ideal ilustrado de se buscar o 'conhecimento útil'. Foi também para promover as luzes e obter reconhecimento – que poderia desdobrar-se em benefícios pessoais – que ele se dedicou a duas de suas últimas obras, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e à fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional foi idealizada em 1816 por Inácio Alves Pinto de Almeida, fidalgo próximo a D. Pedro I, mas só teve sua fundação concretizada em 1827. Compreendendo «indústria» como toda actividade económica, seus membros preocupavam-se com o desenvolvimento do país, sobretudo com a principal actividade industrial da época: a agricultura. Segundo Werneck Silva, muitos dos membros da Sociedade Auxiliadora eram herdeiros da tradição do conhecimento do século XVIII e marcados pelo pragmatismo e pela busca do progresso. Essa ligação com os ideais da Ilustração seria reforçada pelo intercâmbio com academias portuguesas e de outras localidades da Europa. No caso de Portugal, a principal influência viria da Academia Real das Ciências de Lisboa. Werneck Silva também encontrou paralelos entre a Sociedade Auxiliadora e a Junta de Comércio<sup>79</sup>.

As questões da mão-de-obra e da educação para o trabalho estavam entre os principais interesses da Sociedade Auxiliadora, que propôs ao governo a criação de escolas de ensino superior e técnicas. Entre elas estava uma fazenda-escola de agronomia destinada a brasileiros (excluindo, portanto, os escravos e os africanos libertos) com idade entre 12 e 18 anos. Também foi criada uma Sociedade de Colonização para promover a imigração e proteger os recém-chegados.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por sua vez, foi criado como um desdobramento das propostas da Sociedade Auxiliadora e por iniciativa de Cunha Mattos e do cónego Januário da Cunha Barbosa, que haviam participado intensamente do contexto da independência e, lado a lado, na Câmara dos Deputados. Ambos viam na educação, no fortalecimento das instituições constitucionais e na criação de laços identitários entre os cidadãos brasileiros das diversas partes do império os caminhos para a construção de um Brasil unido e civilizado.

---

<sup>78</sup> R. J. C. MATTOS, *Compêndio histórico das possessões de Portugal na África*, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1963, p. 24.

<sup>79</sup> José Luiz Werneck da SILVA, *Isto é o que parece*. Dissertação de mestrado, Departamento de História, UFF, Niterói, 1979.

Enquanto a Sociedade Auxiliadora estava voltada para a capacitação técnica dos produtores, o Instituto destinava-se à formação de um corpo burocrático orientado para a racionalização da administração. Para ser mais bem governado, o que também incluía a criação de laços de identidade no âmbito nacional, o Brasil precisava ver-se por inteiro. No discurso de criação do Instituto Histórico, Januário da Cunha Barboza lembrava a importância e a dificuldade de levar a cabo a configuração territorial do país<sup>80</sup>. A história e a geografia brasileira precisavam ser escritas, a despeito das dificuldades ampliadas pela imensidão do território nacional. Tal obra seria, necessariamente, colectiva. Para alcançar tão difícil objectivo, fazia-se necessária a cooptação de representantes das diversas regiões do país, homens que estivessem dispostos a trabalhar nessa grandiosa tarefa. Os membros do Instituto deveriam eleger temas e fatos que destacassem ou estimulassem o fortalecimento dos laços existentes entre as várias regiões do país. O Brasil precisava descobrir quais os elementos que caracterizariam a nação, quais deles o aproximariam das «nações civilizadas» e quais o diferenciariam delas. Era um movimento de duplo sentido, voltado tanto para seu interior quanto para o exterior<sup>81</sup>.

Cunha Mattos apresentou, na sessão de 19 de Janeiro de 1839 o trabalho intitulado «Dissertação acerca do Sistema de Escrever a História Antiga e Moderna do Império do Brasil». Na oportunidade, ele defendeu que a história consistia em uma narração comprometida com os fatos e com a arte da escrita. Sua concepção estava relacionada à ideia de história pragmática, no sentido de ser instrumento para o aprimoramento da sociedade e das instituições. Estando na direção do IHGB, Cunha Mattos elegeu os documentos escritos e, especificamente, os oficiais do Estado como as principais fontes para futura escrita da história nacional.

A apresentação da *Dissertação* foi o último acto de Cunha Mattos nas assembleias do Instituto Histórico. Logo depois, adoeceu, falecendo em 23 de Fevereiro de 1839. Deixou dois filhos, Libânio Augusto da Cunha Mattos e Maria Eugénia da Cunha Mattos, ainda solteira. Sua filha mais velha, Graça Hermelinda, morrera poucos meses antes dele. Sua personalidade prática e metódica esteve presente até em seus momentos finais. Quando os médicos o desenganaram, passou a tomar todas as providências necessárias. A primeira foi a actualização de seu testamento<sup>82</sup>. Deixou registado seu desejo de ser sepultado, em uniforme militar, na Igreja da Irmandade da Santa Cruz dos Militares, da qual esperava os bons ofícios decorrentes do seu compro-

---

<sup>80</sup> R. J. C. MATTOS, «Discurso recitado no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro», *Revista do IHGB*, tomo I, 1839, pp. 9-20.

<sup>81</sup> Manuel Salgado GUIMARÃES, «Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional», in *Estudos Históricos*, vol. 1, 1988, p. 6.

<sup>82</sup> Testamento de Raimundo José da Cunha Mattos. Seção de Processos Individuais do Arquivo Histórico Militar de Portugal, AHM/DIV/3/7 – Raimundo José da Cunha Mattos.

misso como membro da ordem. Cunha Mattos sempre foi um homem empenhado em defender suas opiniões, e, no momento da morte, não poderia ter sido diferente: por discordar do diagnóstico dado pelo médico, exigiu que fizessem uma autópsia em seu corpo. O fato ficou registado no testamento nos seguintes termos:

Motivou esta autópsia o seguinte fato:

Raimundo José da Cunha Mattos sofria de estômago, e teve um dia vômito de sangue. Em resultado deste acontecimento, realizou-se uma consulta médica. Não concordando o doente com a opinião dos médicos, disse: – apesar de eu ser um leigo em matéria médica, sempre quero dar a minha opinião. Se o vômito que eu tive fosse no meu tempo de África, seria o vômito negro; depois do tempo que vai decorrido e achando-me eu no Rio de Janeiro, tal vômito deve ser resultado de um cancro. – E acrescentou: – «E eu o provarei». – Esta frase tudo explica.